

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**TURISMO RURAL E ECOTURISMO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ : EVIDÊNCIA
A PARTIR DO ESTUDO DE CASO**

Iury Lovell Regueira

Florianópolis (SC), fevereiro de 2003

IURY LOVELL REGUEIRA

**TURISMO RURAL NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: EVIDÊNCIA A PARTIR DO
ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Econômicas, como
requisito parcial à obtenção do grau de
bacharel em Economia pela Universidade
Federal de Santa Catarina.

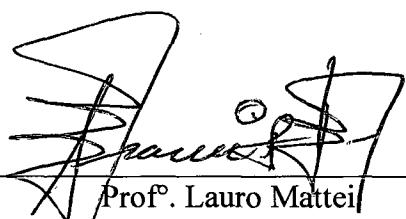
Orientador: Profº. Lauro Mattei


Florianópolis (SC), fevereiro de 2003.

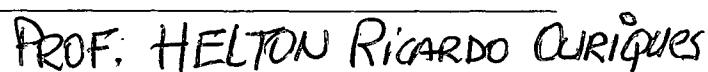
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Iury Lovell Regueira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação este trabalho.

Banca examinadora:


Prof. Lauro Mattei


Prof. Hovêdo Nunes Lins


Prof. Helton Ricardo Curiques

Dedico este trabalho ao meu avô Luiz Demarch, um verdadeiro contador de estórias, de mato, de bicho, que fez a minha infância “brilhar”!

SUMÁRIO

Lista de quadros.....	VII
Lista de figuras.....	VIII
I – O PROBLEMA ESTUDO.....	02
1.1. Problemática.....	02
1.2. Objetivos.....	03
1.2.1. Objetivos gerais.....	03
1.2.2. Objetivos específicos.....	03
1.3. Metodologia.....	04
1.4. Organização da monografia.....	05
II – TURISMO E MEIO AMBIENTE.....	06
2.1. Definições sobre turismo, ecoturismo e interfaces com o meio ambiente.....	06
2.2. Diferentes modalidades de turismo rural.....	06
2.3. O turismo ecológico na região do Alto Vale do Itajaí.....	11
III – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.....	15
3.1. Contexto histórico da ocupação do espaço.....	15
3.2. Características gerais: população.....	18
3.3. Características da economia regional.....	19
3.3.1. Aspectos gerais do setor primário.....	19
3.3.2. Aspectos gerais - setor secundário e terciário.....	24
3.3.3. Considerações sobre a dinâmica econômica e social.....	27
IV – ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO DE CASOS.....	31
4.1. Características da pesquisa de campo.....	33
V – CONSIDERAÇÕES SOBRE O POTENCIAL DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO ALTO VALE DO ITAJAÍ.....	38
5.1. Considerações gerais.....	38
5.2. Considerações finais.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO.....	48
Questionário.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos Municípios em Estudo.....	18
Quadro 2 – Aspectos Geográficos e Famílias Rurais Assentadas dos Municípios em Estudo.....	22
Quadro 3 – Motivos que Estimulam o Êxodo Rural.....	23
Quadro 4 – Outros Estímulos para Saída do Homem do Campo.....	23
Quadro 5 - Êxodo Rural - Aspectos Físico - estruturais.....	24
Quadro 6 –Evolução do PIB – Per Capita – R\$.....	25
Quadro 7 – População Economicamente Ativa Segundo as Atividades Econômicas - (%).....	25
Quadro 8 – Principais Atividades com Maior Valor Adicionado por Município.....	26
Quadro 9 - Atividades mais Representativas em Valor Adicionado na Microrregião do Alto Vale do Itajaí.....	27
Quadro 10 – Índice de Desenvolvimento Social	28
Quadro 11 – Taxa de Atendimento do Ensino Médio.....	28
Quadro 12 –Produção dos Setores por Município da Microrregião do Alto Vale do Itajaí.....	29
Quadro 13 – Características por Atividade de Atuação.....	31
Quadro 14 – Características dos Empreendimentos.....	32
Quadro 15 – Atendimento aos Clientes Simultaneamente na Atividade Principal.....	33
Quadro 16– Origem do Público Visitante (%).....	34
Quadro 17 – Predominância na Forma de Chegada.....	35
Quadro 18 – Custo da Mão-de-Obra em Relação ao Custo do Empreendimento.....	36
Quadro 20 – Origem da Renda Familiar Anual – Exclusiva por Atividade.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Microrregião Catarinense.....	19
Figura 2 - Evolução da Cobertura Vegetal do Alto Vale do Itajaí.....	41

I – O PROBLEMA DO ESTUDO

1.1. Problemática

O desenvolvimento sócio-econômico da região do Alto Vale do Itajaí ocorreu a partir da colonização dos imigrantes italianos e alemães, tendo como principais atividades econômicas a agricultura de base familiar e a extração de madeira em sua forma bruta, desenvolvendo-se através do transporte ferroviário que sustentou o modelo extrativista no escoamento da produção.

Este modelo primário de uso da terra se exauriu no momento em que houve o esgotamento da oferta de madeira como fonte abundante de extração, além de políticas ambientais restritivas, devido aos programas de proteção ambiental.

É neste contexto que se insere a microrregião do Alto Vale do Itajaí, composta por vinte e oito pequenos municípios que, em sua maioria, são compostos por pequenas propriedades rurais. A escalada dos preços dos insumos, o aumento nos custos de produção e as dificuldades de acesso às linhas de crédito, impediram que o pequeno produtor rural obtivesse resultados expressivos em termos de produção e de investimentos nas suas propriedades.

Esta crise que atinge duramente os pequenos produtores rurais, aliada aos fatores de estímulos urbanos (esperança de uma vida melhor, de maior remuneração, oportunidade de educação, jornada de trabalho diminuída e oportunidades econômicas), desencadeou a migração das novas gerações do campo para a cidade.

(...) Competitividade maior, dificuldade em obter crédito e falta de política agrícola transformam o microprodutor rural catarinense em uma espécie em extinção.

Em pouco mais de 30 anos, o percentual da população total vivendo no campo caiu de 68% para 23%. O número de propriedades passou de 234 mil para 203 mil nos últimos onze anos. Até o total da área plantada encolheu em mais de 800 mil hectares(...).¹

As pequenas propriedades rurais, limitadas pelo espaço físico-geográfico (morros e encostas), apresentam perdas sucessivas, tanto econômicas como sociais, passando por um processo de desagregação familiar, cuja marca é a perda da renda familiar.

¹ SAAVEDRA, Jefferson. 1998. *Para onde vai o pequeno agricultor?* Acessado em 25/11/02 <http://www.an.com.br/1998/jul/26/0ecc.htm>

Se compararmos com o desenvolvimento da agricultura estadual, observamos que ao longo dos anos, a agricultura da região do Vale do Itajaí foi se distanciando da média de Santa Catarina em termos de produção, especialização, padronização e agregação de valores aos produtos.

Para sobreviver no século 21, a agricultura familiar terá que se reinventar, romper o torniquete fundiário e social; diversificar as alternativas de renda e de emprego e diferenciar-se da grande produção(...).²

Levando em consideração estes fatores, que assolam as pequenas propriedades agrícolas no Alto Vale do Itajaí, observamos algumas mudanças no modelo agrícola tradicional assentado no plantio de fumo, milho, mandioca, para outras atividades (turismo rural e ecoturismo), utilizadas como alternativas em algumas pequenas propriedades rurais como forma de aumentar a renda familiar e realocar a mão-de-obra do núcleo familiar.

O problema que se apresenta, então, é saber se a troca do padrão agrícola em vigor, por atividades que conjugam agricultura com turismo rural e ecoturismo, é um modelo econômico viável, do ponto de vista da manutenção da renda e da qualidade de vida nas pequenas propriedades agrícolas.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivos gerais

Analisar o papel do turismo rural e ecoturismo na área rural da microrregião do Alto Vale do Itajaí, tomando como modelos os municípios de Rio do Sul, Lontras, Ibirama e Presidente Getúlio.

1.2.2. Objetivos específicos

1.2.2.a - Descrever os aspectos históricos da colonização, abordando a característica do desenvolvimento sócio-econômico na região do Alto Vale do Itajaí.

1.2.2.b - Descrever o contexto sócio-econômico dos municípios delimitados pela

² CERRI, Claudio. *Algo mais que adeus*. Acessado: 30/11/02 - <http://www.cresol.com.br/texto4.html>

pesquisa.

1.2.2.c – Descrever as novas atividades de turismo rural - pesque-pague, *rapel*, *rafting* - que se inserem na região como atividades agregadas ao modelo tradicional de cultivo da terra.

1.2.2.d – Analisar o potencial da conjugação das atividades agrícolas com as atividades do turismo rural e ecoturismo em termos de geração de emprego e de renda familiar, que é o ponto central de nossa pesquisa de campo.

1.3. Metodologia

Os objetivos específicos a) e b): serão atingidos através de revisão de bibliografia pertinente, enfatizando os aspectos históricos da colonização rural de pequenas propriedades e a mudança a qual vem sofrendo ao longo dos anos.

Os objetivos específicos c) e d): serão atingidos através da pesquisa de campo, exame das informações, de número de pessoal empregado, crescimento de atividades de ecoturismo e número de estabelecimentos dedicados a esta área de atuação, etc.

O ponto de partida da pesquisa será o município de Rio do Sul por ser a maior cidade da microrregião do Alto Vale do Itajaí e detentora do título de capital dos esportes radicais do Estado de Santa Catarina. A partir daí, buscaremos abranger os municípios que fazem fronteira com a cidade, considerando os aspectos de influência do município base sobre as cidades próximas, no que consente as atividades que são objeto de nosso estudo, ou seja, desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo como forma alternativa de renda para as propriedades agrícolas.

A escolha das propriedades se dará de forma aleatória, através de pesquisa em órgãos públicos e através de consultas nas comunidades rurais, buscando identificar propriedades já estabelecidas e que atuam no ramo do turismo ecológico.

Os critérios de avaliação para aplicação das entrevistas nas propriedades são:

- Propriedades que se dedicam à agricultura;
- Segmentos que trabalham em parcerias (Ex. pousada e empresa de Rafting)³;

³ As empresas sugerem ao visitante onde se hospedar e sobre as operadoras de rafting.

- Empresas dedicadas à oferta de esportes na natureza (esportes radicais);
- Propriedades já estabelecidas nestes ramos de atividades.
- Empresas que possuem como atividade principal pousadas ou chalés.

Desta forma, após a visita às propriedades selecionadas e posterior visitação das dependências dos empreendimentos, para conhecer a infra-estrutura que envolve a atividade principal de cada empresa, seguirá a aplicação dos questionários.

Busca-se extrair, através de conversas informais, o conhecimento da situação da empresa de uma forma geral; a inserção desta no contexto local; concorrência, situação sócio-econômica e dimensionamento do grau de expectativa em relação ao futuro do empreendimento. Questões estas que vão além das perguntas delimitadas pelo questionário e que tratam do cotidiano deste novo empresário que tem sua origem no campo.

1.4. Organização da monografia

O estímulo para o estudo em questão se deu através de observações empíricas sobre as alterações sócio-econômicas que vem sofrendo as pequenas propriedades rurais da região do Alto Vale do Itajaí.

Desta maneira, buscamos abordar o estudo detalhando no segundo capítulo, a conceituação teórica sobre turismo rural e meio ambiente, na tentativa de entender as pequenas diferenças de conceitos sobre as atividades de turismo ligadas ao campo, bem como, a maneira que o “homem urbano” está se inserindo neste contexto.

O terceiro capítulo seguirá, com uma abordagem histórica e a contextualização sócio-econômica dos municípios na região, buscando ordenar a explanação de forma narrativa, usando quadros e figuras, para uma melhor compreensão da situação em que se encontram os municípios compreendidos pelo estudo.

Definidos estes capítulos, passamos para a pesquisa de campo que contempla a aplicação de um questionário aos proprietários.

Os resultados da pesquisa de campo serão descritos no capítulo quatro, seguidos de uma avaliação detalhada, explicitados no capítulo cinco.

II - TURISMO E MEIO AMBIENTE

2.1. Definições sobre turismo, ecoturismo e interfaces com o meio ambiente

Para a OMT (Organização Mundial do Turismo), turismo do ponto de vista formal é: o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas. Autores mais modernos definem turismo como: de um lado, conjunto de turistas, de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens. Turista é definido pela ONU, como: toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nela permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de doze meses, com finalidade de recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, etc.

Desta maneira o turismo pode ser classificado também de acordo com a amplitude das viagens conforme citado no site da COMTUR⁴:

- Local: quando ocorre entre municípios vizinhos.
- Regional: quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 km de distância da residência do turista.
- Doméstico ou interno: quando ocorre dentro do país de residência do turista.
- Internacional: ocorre fora do país de residência do turista.

Desta forma buscamos fazer uma abordagem geral sobre turismo para posteriormente caracterizar nosso objeto de estudo que será focado no turismo rural e ecológico ou ecoturismo, na região do Alto Vale do Itajaí.

2.2. Diferentes modalidades de turismo rural

O turismo rural caracteriza-se por oferecer aos visitantes atividades típicas do homem do campo. Desenvolve-se a partir da adaptação de fazendas ou pequenas propriedades rurais agropecuárias em um produto turístico, utilizando-se das características naturais da propriedade ou criando condições de visitação através de pousadas, arquitetura

⁴ Companhia Municipal de Turismo de Ubatuba. Acessado em: 23/11/02 – www.comtur.com.br

típica, etc.

Os serviços oferecidos podem ser amplos e variados e contemplam a hospedagem, a alimentação, atividades de lazer (incluindo o ecoturismo) e a comercialização de produtos típicos do local, tais como: comida típica, doces e artesanatos, etc.

Neste contexto, o Manual Operacional do Turismo Rural da EMBRATUR (1994), adota um conceito múltiplo referindo-se ao turismo.

(...) um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, alternativo, agroturismo, turismo verde.

O Turismo Rural inclui todas essas variedades. É o turismo do País, um turismo concebido por e com os habitantes desse País, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo de zona rural em todas as suas formas.

Atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias.⁵

Não devemos confundir o conceito de turismo em áreas rurais, no qual qualquer atividade turística pode estar inserida, com o turismo tradicional.

Da mesma maneira, o turismo rural não se caracteriza somente por aquele praticado em Hotéis-Fazenda, caracterizado pela implantação de sofisticados equipamentos de lazer de cunho urbano, mas localizados em zonas rurais. É o turismo que enseja em si próprio o encontro dos visitantes, originários dos centros urbanos, com o campo e as atividades ligadas a ele, de uma forma mais íntima, até certo ponto informal.

O princípio para que uma propriedade rural adeque seu empreendimento para o atendimento de visitantes interessados no turismo rural são belas paisagens, estar localizada junto a natureza, oferecer contato com a cultura local, gastronomia típica, autenticidade na arquitetura entre tantas outras atividades vinculadas ao campo.

Algumas atividades praticadas pelo turismo rural são:

- Caminhadas e *trekking*⁶ por trilhas e cachoeiras;
- Passeios a cavalo e charrete;

⁵ GRAZIANO, José S, VILARINHO, Carlyle, DALE Paul J. *Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil*. Acessado: 10/01/03.

<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos/downlo/rurban18.html>

⁶ Na tradução para o português, a palavra *trekking* quer dizer caminhar, trilhar, andar. E, na maioria das práticas esportivas em ambientes naturais, ela é frequentemente utilizada para se chegar até uma cachoeira no meio do mato ou para se alcançar o topo de uma montanha, etc.

- Pesca esportiva e amadora;
- Esportes náuticos em rios e represas;
- Áreas para esportes e recreação;
- Observação ou participação dos trabalhos de rotina da produção agropecuária;
- Programas de educação ambiental;
- Produção e venda de artesanato;
- Comercialização de produtos alimentícios;
- Observação do patrimônio histórico-cultural.

O turismo rural pode se transformar em uma importante alternativa de renda na propriedade rural. A implantação normalmente começa de forma lenta e com baixos investimentos, na maioria dos casos decorrentes da baixa renda proveniente da agricultura, principalmente em se tratando de pequenas propriedades agrícolas. Assim, o proprietário pode começar abrindo suas portas para um almoço típico, pesque-pague, *camping*, cachoeiras, piscinas, ou para venda de seus produtos originários da atividade agropecuária (frutas, leite, etc), ou ainda para atendimento diário com passeios a cavalo por trilhas e pelas instalações rurais. Há uma gama variada de opções na propriedade rural que podem ser usadas como fonte geradora de renda. (SALVATI, 2002)

Na repactuação do homem com a natureza, e do futuro com a diversidade, pode estar a força renovadora da agricultura familiar, que reúne 4,1 milhões de estabelecimentos no país.⁷

Um conceito que se estabeleceu no Brasil a partir dos anos 80 foi o ecoturismo, que passou a integrar-se em nosso cotidiano como forma de referência para o turismo praticado em áreas rurais. No momento em que houve um aumento crescente na procura por atividades mais naturais, de aventuras e esportes que aliam natureza e atividades físicas.

Nasce então a indústria do turismo ecológico ou ecoturismo que está, de certa forma, permanentemente ligada às atividades onde há oferta de turismo rural.

Com a ampliação da demanda e da oferta ecoturística, despertou-se o interesse por parte dos setores privados e governamentais brasileiros, que trataram de estabelecer programas específicos para este segmento. O primeiro programa estabelecido pela Embratur em 1987, foi o projeto turismo ecológico, que não alcançou muito êxito segundo informações da própria Embratur. Mas já naquele momento o corpo técnico previa um

⁷ CERRI, Cláudio. *Algo mais que Adeus*. Acessado em 23/11/02 - <http://www.cresol.com.br/texto4.html>

aumento crescente deste tipo de atividade no Brasil, visto que temos um país rico em paisagens, água em abundância (esportes náuticos), clima agradável, etc.

Atualmente, o ecoturismo tem recebido um tratamento diferenciado das autoridades governamentais brasileiras e setores privados da sociedade. Um grupo de trabalho organizado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo buscou formular a nossa conceituação brasileira para o ecoturismo, inspirado em nossos anseios e em nossas experiências. Este grupo elaborou as diretrizes básicas para conduta de uma política nacional de ecoturismo, que estão em vigor desde 1994.

Hoje o país procura implementar, através de políticas públicas, programas regionais e locais determinando como conceito oficial sobre turismo o que conceitua a EMBRATUR:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.⁸

É importante notar que a divulgação através dos meios de comunicações, e um maior conhecimento das atividades relacionadas ao ecoturismo, popularizam a expressão “meio ambiente”, que antes era somente associada ao meio natural, referindo-se apenas a natureza ou aos ecossistemas. De certa forma, ainda hoje podemos encontrar pessoas que associam esta expressão somente a estes ambientes, muito embora este termo já tenha se ampliado a nível acadêmico e de pesquisa. Desta maneira, podemos então utilizá-lo dentro de nossas casas, no local de trabalho, nas cidades, no campo, em qualquer lugar onde possa subsistir a vida.

É um conceito cada vez mais absorvido e estudado pelo público em geral. As concepções da vida e das relações passam a ser consideradas de forma total e relacionadas, na medida que são levadas em consideração à influência do meio sobre os seres vivos e as ações dos seres vivos sobre o meio ambiente. É a partir deste ponto que se populariza a relação homem e meio ambiente de forma mais intensa, além da utilização da natureza de uma forma mais “saudável”, através da prática de esportes, onde a natureza não é vista somente como fonte de matéria-prima, mas onde o homem se vê inserido nela.

É neste ambiente de considerações e conceituações teóricas que nasce a expressão

⁸ _____, *Ecoturismo sustentável*: Acessado em 13/11/02 - <http://www.ana.gov.br/Usuarios/turismo/ecoturismo/main.htm>

ecoturismo ou turismo ecológico. Modalidade que procura nomear novas alternativas crescentes e, até certo ponto muito recentes em todo o mundo, o turismo voltado à exploração dos recantos naturais de nosso planeta.

O fundamental para que haja turismo é a existência de atrativos turísticos que possuam a capacidade de motivar as pessoas a se deslocarem de seus lugares de origem para conhecê-los e desfrutá-los. Seguindo este conceito, o Alto Vale do Itajaí reúne em suas características geográficas e culturais, fatores de relativa importância para o desenvolvimento do turismo rural.

Uma viagem em direção a um determinado atrativo gera um conjunto de necessidades: transporte, alimentação, alojamento, comércio, esporte, os quais dão origem a uma outra série de empresas e atividades, a fim de promover a prestação de serviços de cada uma destas atividades. (SANTOS, 1999)

Esta nova forma de turismo criou novas indústrias não poluentes, ao preconizar a preservação do meio ambiente, ou de áreas que não eram consideradas utilizáveis no sentido de “exploração extrativista” e que até um passado recente eram desconsideradas pela maioria das pessoas, desconhecidas ou até mesmo descartadas por não gerar retorno financeiro.

Um aspecto muito favorável, atualmente, é a internalização desta indústria em termos espaciais. Ela tem sua atuação em áreas de grande beleza natural que podem ser tanto em alguma praia, como no interior de um município de baixa densidade demográfica, mudando muitas das características gerais no que concerne ao seu aspecto econômico, social e cultural.

Consumidores do ecoturismo tem dado maior atenção aos produtos que dão suporte às comunidades locais, incrementam a conservação e educam seus clientes sobre como minimizar os impactos ambientais e como respeitar as culturas locais. De modo geral, querem informações sobre o destino, as características do meio ambiente e da cultura local.⁹

Considerando estes aspectos, o meio ambiente de qualquer destinação turística se constitui no principal recurso turístico, pois é a fonte de estímulo para visitação. É fator primordial de estímulo ou de rejeição dos destinos dos turistas, a qualidade do atendimento dos estabelecimentos comerciais destes locais e a infra-estrutura, capaz de atender a

⁹ SALVATI, Sergio. *O Perfil do Ecoturista* - Acessado em: 23/11/02
<http://www.estudosturisticos.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=400>

demanda existente de uma forma a sustentar sua expansão, aliada a preservação do mesmo.

Enfocado sob a ótica turística, o meio ambiente compreende as ocorrências naturais, as estruturas construídas pelo homem e as características sócio-culturais das regiões ou comunidades receptoras, que adequadas ao seu ambiente criam e sustentam a infra-estrutura necessária para atender o público visitante. (SANTOS, 1999)

Neste sentido, Blasco (1996) lembra, que uma análise das relações entre meio ambiente e turismo eram controversas ao longo das décadas de 50 e 70 sobre a atuação ou interferências negativas das atividades do homem sobre o meio. Somente na década de 80 começaram a surgir posições que apostavam numa relação benéfica para ambos, meio ambiente e turismo.

No Brasil, discute-se a validade do turismo ecológico, mais como uma opção econômica para atrair turistas, do que como alternativa para preservação do meio ambiente.

Esta hipótese nos remete a um questionamento sobre o que queremos do turismo de massa e suas implicações no que concerne a preservação das áreas naturais, reservas ecológicas, parques nacionais, entre outros, devido a falta de infra-estrutura e, principalmente, da falta de um planejamento técnico adequado para a exploração dessas áreas.

Neste sentido, a importância de se fazer um estudo técnico aprofundado sobre a possibilidade de transformar o Alto Vale do Itajaí em um pólo turístico ecológico, não decorre somente da necessidade de adequação às novas realidades, as quais o homem do campo está inserido: baixa renda; baixa produtividade; investimentos insuficientes; falta de conhecimento técnico, mas também da urgência do manejo sustentável dos recursos naturais daquela região.

Neste aspecto, devemos considerar o fato de que cada vez mais o “homem urbano” busca o lazer como forma de diminuição das pressões cotidianas, estimulado pelo aumento da qualidade de vida e a diminuição das distâncias geradas pela tecnologia.

A relevância do estudo em caráter regional se dá sobretudo nos aspectos sociais, pois ao garantir a permanência do homem no campo, vários avanços podem ser alcançados a nível sócio-econômico. Portanto, o desenvolvimento turístico como plataforma de partida para uma reorganização social torna-se de fundamental importância, sobretudo se ele vier a suprir a necessidade de reorganização econômica dos municípios do Alto Vale do Itajaí.

2.3. O turismo ecológico na região do Alto Vale do Itajaí

Abordaremos as atividades do turismo rural já implantadas com sucesso na região, sendo que Rio do Sul, o município base que coordena a dinâmica destas atividades, está situado praticamente na parte central do estado de Santa Catarina, “plantado” entre as duas serras principais do estado: serra geral e serra do mar, com grandes áreas de cobertura vegetal ainda preservadas devido a sua inviabilidade agrícola e com paisagens de rara beleza. É servido por dois rios principais, Rio Itajaí do Oeste e Rio Itajaí do Sul, que se cruzam no centro da cidade formando o Rio Itajaí-Açu que é considerado o rio de maior importância no centro do estado. Serpenteia o Alto e Médio Vale desembocando no oceano Atlântico na cidade que dá o seu nome, Itajaí.

Com uma extensão de 262 Km² e uma altitude de 338,88 m acima do nível do mar (ponto geodésico localizado no centro da cidade, no calçadão Osny Gonçalves), ao município foi outorgado o título de capital do Alto Vale do Itajaí, por ser a maior cidade dos vinte e oito municípios vizinhos que o cercam e, por reunir em seu núcleo as atividades comerciais e industriais de maior relevância na região.

Também agraciado com o título de capital dos esportes radicais de Santa Catarina, por estarem localizados no município e nos arredores, atividades como rafting, rapel, caminhadas ecológicas, pista para salto de asa delta, entre outras.

O município de Rio do Sul e as cidades vizinhas incentivam a implantação destas novas atividades (a exploração do turismo rural e ecoturismo), as quais poderão ser um dos grandes propulsores das economias locais, não só no aspecto rural, bem como desenvolver o setor do comércio e da indústria.

As instalações voltadas para estes tipos de atividades que ocorrem nos municípios, incluem:

- Trilhas na natureza: que são divididas em graus de dificuldade.
- *Rafting*: descida de botes de borracha em corredeiras escolhidas pelo grau de dificuldade.
- *Rapel*: descidas em cachoeiras com equipamentos de alpinismo.
- Cavalgadas por áreas rurais onde também utilizam-se de graus de dificuldades.
- Trilhas de jipe: passeios de jipes por áreas íngremes, bastante praticado em épocas de chuva, com grau de dificuldade grande.
- Motocross *off road*¹⁰: semelhante aos passeios de jipes, mas praticados com motocicletas;

¹⁰ Trilhas praticadas por motoqueiros geralmente em estradas de barro.

- Rampa de asa delta.

Desta forma, estamos falando do ecoturismo numa visão de busca pela natureza. Esse turismo está surgindo como uma fonte de inspiração para o desenvolvimento do mercado rural, além de estimular o surgimento de companhias que operam em áreas rurais, fatores que se apresentam como alternativa de renda e com potencialidade de desenvolvimento.

Nos dias atuais, o “homem urbano” que se desloca para estes lugares distantes de seu centro de origem, busca interagir de forma concreta com o meio, experimentando emoções que lhe permitam estar em situações alheias ao seu cotidiano. Já que esta modalidade não é mais aquele tipo de turismo contemplativo, que fazia com que o visitante chegasse num determinado lugar e ficasse absolutamente inerte, apenas observando as belezas naturais.

O perfil do turista moderno está mais interessado em vivenciar, experimentar, não só a imagem da natureza, mas o que realmente existe de diferencial na cultura local (visitação de cavernas, arquitetura, passeios, etc), além dos esportes e outras atividades englobadas pelo turismo rural.

O fato de a região encontrar-se em um local de geografia privilegiada, no que diz respeito às belezas naturais, ser contemplado com várias cachoeiras, rios, córregos e furnas (fendas que se abrem em meio a duas serras), propicia a prática de vários esportes radicais, como *rafting*, *rapel*, etc. Há também nesta região, resquícios de vários sítios arqueológicos, datando da época dos primeiros habitantes indígenas, constituindo-se também em fatores de atração turística.

Uma característica marcante em termos de aproveitamento turístico é a posição geográfica que se encontram os vinte e oito municípios do Alto Vale do Itajaí. Servidos por rodovias estaduais de fácil acesso, com relativa proximidade entre si, facilitando a exploração ordenada da atividade, estimulando a criação de rotas turísticas e corredores alternativos que interiorizem cada vez mais a atividade turística na região.

Atualmente, a valorização da cultura e das tradições por parte dos habitantes do Alto Vale, ocorre através de festas típicas que foram criadas, inicialmente, como um resgate cultural, além de atender a necessidade de lazer da população local.

Hoje, estas festas típicas que nasceram em pequenas cidades do interior do Estado, ocupam lugares de destaque nos roteiros das festas Catarinenses, transcendendo o aspecto local de valorização da cultura e projetando o nome da região, além dos limites do Estado.

Utilizando-se da herança cultural e dos aspectos geográficos, alguns agricultores e operadoras de ecoturismo regionais, inclinam-se para o desenvolvimento de um roteiro turístico de cunho profissional, aproveitamento-se dos aspectos naturais e culturais da

microrregião para o desenvolvimento de tal projeto.

A região ainda se encontra coberta por porções consideráveis de mata atlântica preservada; conta com uma grande diversidade paisagística; inúmeros rios e cachoeiras naturais, características que são atrativas para a prática turística, onde a infra-estrutura de acesso encontra-se em fase de organização para a prática do turismo.

É no bojo desta reorganização social, que cada vez mais nota-se presente à conscientização ambiental, principalmente por parte das crianças influenciadas pelas escolas e programas de televisão, demonstrando um grande potencial para o aproveitamento do turismo rural e ecológico na região, já iniciado com sucesso nos anos recentes.

O pólo ecoturista já instituído, é representado pelos municípios de Presidente Getúlio, Ibirama e Rio do Sul, caracterizados pelo seu grande potencial natural e com empresas instaladas atuantes na área, as quais já atraem bastantes apreciadores desta modalidade de turismo.

III – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

3.1. Contexto histórico da ocupação do espaço

As terras da região do Alto Vale do Itajaí eram da comunidade dos índios Xokleng antes da chegada dos imigrantes, os quais foram duramente atingidos com as políticas governamentais de expansão do progresso das novas regiões do sul do Brasil.

As primeiras levas de imigrantes oriundas da Itália e Alemanha, vindas no século XIX para o Vale do Itajaí, estabeleceram-se em Blumenau. Somente após uma concessão obtida com governos imperiais, Hermann Blumenau e seu sócio Fernando Hackradt abriram no Vale uma “Companhia Colonizadora”, com o intuito de atrair e estabelecer populações nestas regiões do sul do país.

A ocupação consistia em atrair imigrantes para o sul e avançar para dentro do sertão, característica destas terras no início da colonização. A ocupação dá-se de forma irregular e as famílias vão se estabelecendo nas margens dos rios e de forma concentrada.

A prática da companhia colonizadora era de minimizar a existência dos silvícolas na região em prol do “marketing” para atrair mais imigrantes.

Com as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores a respeito dos enfrentamentos de brancos e índios o governo imperial formou em 25 de abril de 1836 a “Companhia de Pedestres” que protegia os tropeiros e viajantes onde normalmente ocorriam os ataques, sendo composta por 31 pedestres (batedores do mato). (KLUG, DIRKSEN, 1999)

A partir deste momento, quanto mais os colonos avançavam, mais acontecimentos eram relatados sobre atritos entre índios e brancos. Os índios, na tentativa de defender suas terras, matavam e saqueavam as pessoas que ali tentassem se estabelecer. Desta forma, seguiram-se os conflitos, a destribalização e extermínio de grandes quantidades de nativos por toda a região. Aqueles que resistiram eram forçosamente despojados de seus territórios, pois apresentavam ameaça para realização dos ideais de “progresso e civilização”, preconizados para o sul do Brasil naquela época.

O desenrolar desta história tem marcas profundas na constituição das ocupações das famílias de brancos e um desfecho ainda pior para as populações nativas que ali habitavam.

Após estes incidentes, com o assentamento dos colonos nestas terras, a experiência demonstra que a colonização não poderia somente se dar através da agricultura de

pequenas propriedades, uma vez que eram necessários para o desenvolvimento dos núcleos que ali se estabeleciam, operários e comerciantes, que dinamizassem as atividades econômicas da época e suprissem as necessidades daquelas famílias ali assentadas.

É neste contexto que se inicia a primeira divisão do mundo urbano e rural naquele ambiente em desenvolvimento. Desta forma os imigrantes bem sucedidos foram estreitando as relações comerciais com seus países de origem a partir dos estímulos dados pelo governo imperial.

Várias companhias européias procuravam obter concessões e outros contratos para estender a colonização da área em todo o sul, momento em que surge uma nova fonte de renda que se utiliza da ocupação da capacidade de carga ociosa com matéria-prima e produtos primários, extraídos do Alto Vale do Itajaí e ocupando suas embarcações nas viagens para Europa e América que naquele momento eram um tanto reduzidas. (SANTOS, 1973)

No dia 13 de março de 1912 o povoado de Braço do Sul¹¹ se eleva a condição de Vila e Sede do 5º distrito de Blumenau, passando a chamar-se Bela Aliança. Esta nova condição foi possível em decorrência de seu desenvolvimento comercial mantido pelos colonos como centro de abastecimento regional.

O Alto Vale, e mais especificamente a cidade de Rio do Sul, desenvolvia-se economicamente com grande vigor ainda sobre a tutela do município de Blumenau já contando em sua região com um pólo industrial, com vantagens de possuir luz elétrica, telégrafo, coletoria federal e estadual, hotéis de primeira, escola, hospitais, banco agrícola, entre outros, figurava entre as cidades de destaque no Estado de Santa Catarina naquela época. (SANTOS, 1973)

A então região de Rio do Sul tornou-se centralizadora das atividades comerciais no Alto Vale do Itajaí.

O distrito de Bela Aliança e Taió eram regiões apontadas como de maior importância representativa para o Estado de Santa Catarina, pelo seu número de habitantes e renda que remetiam para Blumenau em 1930. (KLUG, DIRKSEN, 1999)

A imprensa da capital nos anos vinte registrou o grande crescimento econômico do distrito.

O Rio do Sul em Blumenau, districto que mal se inicia e é já uma vigorosa promessa de grandeza, resume, mais que nenhum outro, o extraordinario progresso do município. (...)

¹¹ Essa denominação deve-se ao estabelecimento dos primeiros moradores na confluência do Rio Itajaí do Sul com o Rio do Oeste. A União destes dois rios da origem ao Rio Itajaí-Açu.

Conta em Rio do Sul entre outras, com uma importantíssima fabrica de louças, cuja produção vae já attingindo mensalmente a cerca de 600 duzias de pratos e 200 grosas de chicharas (...)

Embora resintindo-se da falta de operarios capazes, tanto que a fabrica acaba de contractar alguns technicos alemães, o serviço é perfeito e sua produção de seis meses está compromettida com uma grande firma do Estado.

É essa fabrica, pode-se dizer, ao lado das uberrimas terras daquella zona, um dos mais importantes factores do grande futuro de Rio do Sul. Por isso mesmo, impondo-se a um contacto mais rapido com blumenau e Itajahy, é que a Estrada de Ferro Santa Catharina procura, neste momento, estender os seus trilhos até á séde do districto, facilitando assim um intercambio comercial já notável e cooperando para que o progresso do Rio do Sul se acelere e se realize de accôrdo e dentro da grande esperança que o anima e que anima a todos os que anelam a grandeza cada vez maior do Estado de Santa Catharina (...).(KLUG, DIRKSEN, 1999. Obra citada p. 48¹²)

As autoridades estaduais também consideravam de grande importância a região que crescia no Alto Vale do Itajaí conforme a citação do então Vice - Presidente do Estado, Dr. Walmor Ribeiro, em viagem de retorno a Florianópolis. Louvando a política de trabalho realizador que era observada naquela região de Blumenau, onde o homem era, realmente, um fator do progresso Catarinense.(KLUG, & DIRKSEN, 1999)

Com o desenvolvimento econômico crescente e as manifestações da população a favor da emancipação da região, no dia 15 de abril de 1931 dá-se à instalação do município de Rio do Sul, assinado pelo então Interventor Federal Interino, Coronel Luiz Carlos de Moraes.

O município de Rio do Sul, intensamente caracterizado como uma promessa de desenvolvimento, teve seu apogeu durante as décadas de cinquenta e setenta até o fim do ciclo da madeira. O desenvolvimento social e econômico deu-se através da fixação de imigrantes europeus que originaram uma história rica em costumes e tradições.

É na década de 50 que a cidade cresce vertiginosamente devido a presença das serrarias. Este crescimento era perceptível nas construções e atitudes que transformavam visualmente a cidade, momento em que a cidade se estabeleceu como a capital do Alto Vale do Itajaí.

A madeira, força motriz do desenvolvimento sócio-econômico, era trazida das comunidades mais distantes pelos caminhões que cruzavam as precárias estradas de chão, vindos do planalto, e daí então enviada por trem para seus destinos.

¹² Republica, 29.04.1927, p.2.

O fator de maior importância, aliado à expansão do ciclo da madeira, foi a criação da estrada de ferro Santa Catarina que, a partir de 1909, proporcionava o escoamento da produção. Esta foi a única estrada de ferro construída no Brasil com capital e tecnologia germânicas.

Gado, mandioca, serviços postais, entre outros produtos, eram transportados através da ferrovia para embarque no porto de Itajaí para exportação e para o abastecimento de outros municípios Catarinenses. Foi de fundamental importância para a locomoção de pessoas, abastecimentos de comunidades e fator determinante para o aumento populacional do município e das cidades vizinhas que vinham se estabelecendo no Alto Vale do Itajaí.

No Alto Vale do Itajaí, a atividade industrial representou no ano de 1968, 50% da produção total da região enquanto as produções dos setores primário e terciário atingiram 20% e 30% respectivamente. Essa produção em termos globais, em 1950 representava 44% do total do Estado. (KLUG & DIRKSEN, 1999)

A ocupação econômica do Alto Vale foi concentrada, basicamente, na forma de extração vegetal e posteriormente, na produção agrícola diversificada, baseada na agricultura familiar, que atingiu seu ápice na década de 80, onde iniciou seu declínio econômico impulsionado pela decadência do ciclo da madeira, pelas diversas crises econômicas que assolaram nosso país e posteriormente, pela enchente de 1983, o que suscitou na sua reorganização econômica.

3.2. – Características gerais: população

QUADRO 1- CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

Municípios	Área (km ²)	População		Residentes - área rural	
		(ano de 1991 – 2000)		(ano de 1991 – 2000)	
Ibirama	268	13.394	15.802	4.116	2.684
Lontras	197	7.936	8.381	3.161	3.072
Pres. Getúlio	322	11.523	12.333	5.062	4.446
Rio do Sul	261	47.822	51.650	2.913	3.232

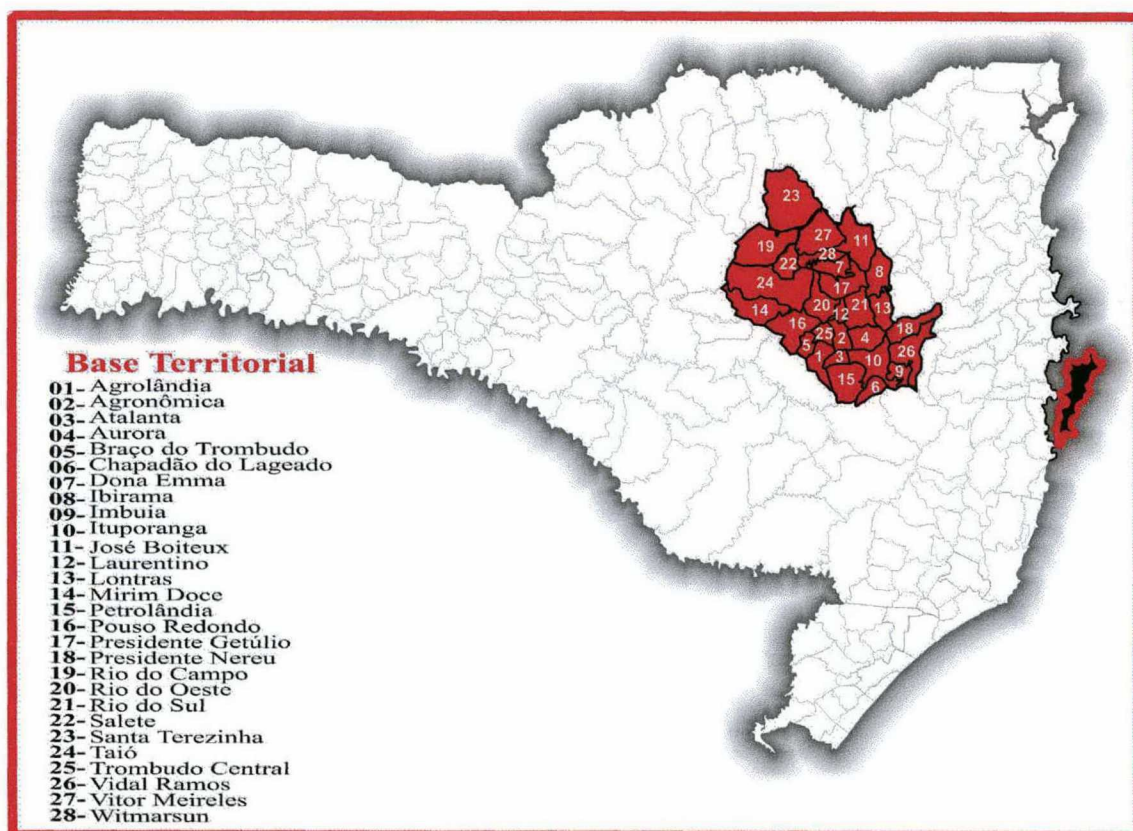
Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 1991 – 2000

Embora a cultura alemã seja o elemento predominante na região, a presença da cultura italiana também se torna marcante quando o visitante circula através dos municípios do Alto Vale. Há em menor proporção poloneses, suíços e portugueses, etnias estas que fazem parte do chamado Vale Europeu.

Uma terra de contrastes, que se repete também na economia. Uma agricultura, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com indústrias atuantes no mercado interno e externo; indústrias de grande porte e centenas de pequenas empresas espalham-se pela microrregião do Alto Vale.

3.3. Características da economia regional

FIGURA 1 - MICRORREGIÃO CATARINENSE



Fonte – Impressora Continental

3.3.1. Aspectos gerais do setor primário

A região do Alto Vale do Itajaí é servida pela BR-470, que se estende no sentido leste-oeste, estabelecendo a ligação com as rodovias BR-376, BR-101, BR-116 e BR-282, onde o município de Rio do Sul destaca-se como pólo regional na prestação de serviços, nas indústrias e, recentemente, sendo agraciado com o título de capital dos esportes radicais de Santa Catarina.

A área total desta Microrregião Catarinense é de 7.439,7 Km², correspondendo a

7,79% da área do Estado de Santa Catarina. A região do Alto Vale do Itajaí é marcada pela presença de mini e pequenos produtores rurais, concentrando 90% das propriedades com áreas inferiores a 50 hectares e na sua grande maioria, com relevo acidentado e o solo de baixa fertilidade natural. (EPAGRI, 1998).

As atuais tendências tecnológicas, de mercado, de uso de recursos naturais, de sistemas de produção agrícola, de políticas de desenvolvimento, apontam para exclusão de muitos agricultores do Alto Vale do Itajaí.

Os municípios estudados são localidades, que já representaram grande relevância econômica no contexto estadual, em função do ciclo da madeira. Hoje são assoladas por problemas de ordem econômica global, como a substituição de mão-de-obra, informalidades de serviços e desemprego, entre outros, principalmente no setor agrícola.

Um dado observado nas propriedades rurais existentes no Alto Vale é que, por carência de características geográficas necessárias (terras planas), e também devido à alta perecibilidade dos produtos agrícolas (falta de estrutura para estocagem) e aos elevados custos de transporte, as pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar rural desenvolveram-se próximos aos seus mercados consumidores, o meio urbano. Essa localização acaba interferindo nos métodos e técnicas aplicados à produção rural, bem como na sua produtividade.

Necessitando estar próximo aos mercados, para baixar o custo da produção, o agricultor se sujeita a terras com baixa fertilidade, além de compartilhar mão-de-obra com o meio urbano. Há também o problema do avanço das áreas consideradas urbanas sobre a zona rural proporcionado pelo crescimento populacional, sendo este um fator que limita a expansão dos pequenos proprietários agrícolas. (EPAGRI, 1998)

Este tipo de atividade gerada mais pela necessidade do que pela autonomia, demonstra-nos que as diferenças de produtividades rurais entre as diversas regiões são causadas também pelo desconhecimento por parte dos produtores rurais de novas técnicas de cultivo e de criação, bem como pela falta de recursos necessários para os investimentos.

A criação de sistemas de difusão tecnológica e capacitação, os chamados programas de extensão rural, ganharam grande impulso a partir da década de quarenta, mas ainda hoje, sugerem muitas discussões relacionadas aos obstáculos enfrentados pelas atividades de extensão rural como, por exemplo, a falta de conhecimentos básicos do homem do campo para compreender e aceitar novas tecnologias.

Na realidade o que se observa é que o produtor rural necessita de um retorno econômico muito elevado para alterar seus padrões de produção tradicionais arraigados em

sua base familiar, transmitidos por muitas gerações. Seria o equivalente a um retorno econômico que compensasse, além dos investimentos realizados, o "sacrifício" de romper com o tradicionalismo.

No tocante à agricultura e às políticas públicas, os objetivos dos municípios em questão são atingir novas frentes de expansão do setor agropecuário, especialmente no que diz respeito à produção de leite, suinocultura, avicultura e mais recentemente, a piscicultura e o turismo, visto que é o setor onde há o maior percentual de famílias dedicadas às atividades que dependem da terra, baseados na agricultura familiar, e que vem sofrendo obsolescência por falta de políticas de estabilidade e manutenção desta classe no campo.

Este fato hoje se tornou representativo quando imaginamos que a especificidade na geração de riqueza no campo, somente é alcançada através de grandes latifúndios e orientada para a "qualidade técnica" (uso de tecnologias no campo) de produção. Com isso levando diversas economias a promover o processo de industrialização, que penaliza os investimentos destinados ao setor rural e ainda, de forma mais brutal, atingindo a agricultura familiar com a falta de crédito e exclusão. Neste contexto, estão inseridas as pequenas propriedades rurais do Alto Vale do Itajaí, quando comparadas com as demais atividades da economia, observa-se que elas possuem, ao mesmo tempo, elevado risco e baixa lucratividade, devido as sazonalidades, riscos de intempéries e a flutuabilidade dos preços de mercado.

Outro fator observado na microrregião que onera a produção é o sistema de armazenagem. Além de altamente deficiente, carece de um planejamento integrado que proporcionasse uma otimização e ordenamento entre as diversas etapas desenvolvidas na comercialização.

O processo de armazenamento da produção agropecuária é fundamental para formação de preços. A impossibilidade de retenção da produção, devido à falta de local e condições para sua armazenagem e conservação, exclui o agricultor de se beneficiar dos momentos de baixa oferta dos produtos agrícolas no mercado. (EPAGRI, 1998)

Na atual condição sócio-econômica é difícil o desenvolvimento do meio rural de forma sustentável sem que a população esteja organizada em bases de parcerias ou cooperativas para adquirir forças conjuntas nas negociações, bem como na distribuição da produção.

A organização do setor produtivo é uma das condições fundamentais para o aperfeiçoamento do processo de produção agropecuária e agrária, aliadas às linhas de

créditos que são fatores de propulsão para o aumento da produtividade ou manutenção do homem no campo.

(...) as forças de atração das cidades e a modernização da agricultura explicam o êxodo rural. Somos, hoje, um país urbanizado: 80% da nossa população vivem nas cidades, sendo que o Sudeste já está no nível de 92% de urbanização; o Centro-Oeste, 87%; o Sul, 80%.¹³

Nos dias atuais, a implementação de projetos de agroindústrias vem se caracterizando como meta fundamental, para o poder público, com o objetivo de alcançar maior desenvolvimento no meio rural e a fixação do homem no campo. A falta de acesso à educação e aos serviços básicos das cidades, são fatores de urgência que obrigam a adoção de políticas direcionadas para reestruturação das áreas rurais, tendo como meta principal às pequenas propriedades rurais.

QUADRO 2 - ASPECTOS GEOGRÁFICOS E FAMÍLIAS RURAIS ASSENTADAS DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

Município	Área Km² (a)	Comunidades (nº)	Famílias Rurais
Ibirama	268,5	15	620
Lontras	197,5	18	830
Presidente Getúlio	322,4	22	1017
Rio do Sul	261,2	15	1531

(a) ICEPA – Síntese Anual da Agricultura 1997

Atualmente a migração de pessoas das áreas rurais, sem qualificação técnica, só aumenta as periferias dos centros urbanos, reduzindo drasticamente a qualidade de vida nas cidades e, ao contrário do que é imaginado pelo homem que sai do campo, a cidade pode não criar condições melhores de subsistência para estas pessoas, no que diz respeito à profissionalização e a especialização.

Parte do setor agrário é incapaz de gerar renda suficiente para assegurar níveis de vida aceitáveis à maioria da população rural, porque os minifúndios não dispõem de terras suficientes para estabelecer uma exploração agrícola em escala econômica. A maioria das unidades familiares que são potencialmente viáveis, não dispõe de capital e assistência técnica para tornar sua exploração mais produtiva ou aumentar sua produtividade.

¹³ ALVES, Eliseu. *Esvaziamento dos Campos – Globo Rural*

QUADRO 3 – MOTIVOS QUE ESTIMULAM O ÊXODO RURAL

INDICAÇÕES	%
Pais conservadores, resistem a inovações tecnológicas/mudanças	17,3
Buscam um melhor padrão de vida na cidade	17,3
Falta de valorização social do meio rural e das pessoas que nele vivem e trabalham	47,1
Falta de incentivos dos próprios pais para que o jovem permaneça no campo	6,5
Não gosta de trabalhar com agrotóxico	3,9
Falta de conhecimentos no meio rural	2,9
TOTAL	100

Fonte – EPAGRI – Subprojeto -Estudo Básico Regional do Alto Vale do Itajaí, 1998.

A atividade agrícola não ocupa integralmente a força de trabalho rural durante todo o ano, originando-se daí o subemprego e a deterioração dos salários rurais.

Um dado observado no Brasil revela que mais de 50% dos trabalhadores rurais recebem salários inferiores à metade do salário mínimo e dois terços trabalham sem contratos formais de trabalho. Esses fatores estão determinando uma acelerada imigração da força de trabalho para as cidades com conseqüências funestas para o desenvolvimento rural e urbano. (SAMPAIO, FILHO, 2000)

QUADRO 4 –OUTROS ESTÍMULOS PARA SAÍDA DO HOMEM DO CAMPO

INDICAÇÕES	%
Baixa rentabilidade econômica da atividade agrícola	40,6
Baixo preço de venda dos produtos agrícolas	20
Alto custo dos insumos	14,8
Inacessibilidade pelo custo da tecnologia	4,5
Receio de não sobreviver com a atividade agrícola	9,7
Falta de recursos financeiros para investimentos na propriedade rural	3,9
Preferem receber um salário fixo mensal	6,5
TOTAL	100

Fonte – EPAGRI – Subprojeto -Estudo Básico Regional do Alto Vale do Itajaí, 1998.

É com números assustadores que o fantasma do êxodo rural vem, sistematicamente, reforçando a opinião de que nada resta a fazer, afinal, o esvaziamento dos campos é uma questão de tempo como prova a experiência dos países desenvolvidos. A reportagem do jornal O Estado de São Paulo, ouvindo diversas lideranças do *agribusiness*, e chegou a uma conclusão inevitável: o êxodo rural continua avassalador e sua raiz está na falta de uma verdadeira política agrícola. (ABRAMOVAY, 2000)

Pode-se dizer que a agricultura familiar depara-se com realidades nem sempre promissoras como: a interpretação de que a agricultura familiar é declinante economicamente e, portanto, não é importante para políticas públicas de desenvolvimento; a queda real dos preços dos produtos primários, não estimulam soluções mais estruturadas para o setor; dispersão e heterogeneidade da agricultura, limitando ou dificultando a implementação de melhorias em infra-estrutura e serviços; forte redução da renda agrícola nas últimas décadas; insuficiente articulação em benefício da agricultura familiar; inexistência de ações de apoio a geração de renda não-agrícola no meio rural; baixo acesso dos produtores familiares a educação formal e informal e o despreparo para se inserirem em um novo contexto de competitividade e de busca de produtos de qualidade na produção primária. (ROSA,1998)

QUADRO 5 - ÊXODO RURAL – ASPECTOS FÍSICO - ESTRUTURAIS

INDICAÇÕES	%
Jovens buscam coisas novas, lazer, divertimentos e festas na cidade	16,4
O trabalho no meio rural é árduo, sem direitos similares ao trabalhador urbano (férias, horas extras, proteção do INSS)	42,7
Falta ou limitação da pequena propriedade rural	9,8
Desgaste da fertilidade do solo	3,3
Falta de infra-estrutura básica no meio rural (estradas, postos de saúde, etc)	26,2
Falta de interiorização de pequenas indústrias familiares rurais e cooperativas	1,6
TOTAL	100

Fonte – EPAGRI – Subprojeto -Estudo Básico Regional do Alto Vale do Itajaí 1998.

3.3.2. Aspectos gerais - setor secundário e terciário

Atualmente a economia é sustentada pelo comércio, indústria e agricultura.

Como cidade centralizadora, Rio do Sul concentra a grande maioria das atividades comerciais do Alto Vale devido ao seu caráter de referência urbana e central para microrregião do Alto Vale do Itajaí.

Já o setor industrial no Alto Vale do Itajaí é o que representa maior participação monetária na arrecadação, representado em menor número quantitativo, comparativamente ao número de propriedades rurais assentadas no Alto Vale.

De uma forma geral na indústria, o ramo do vestuário ganha destaque no que diz respeito à participação em valores monetários e impõe-se conquistando importantes espaços, assumindo relevante posição no estado pela sua especialização em jeans e

vestimentas, além da indústria mecânica, metalúrgica e eletrônica, responsáveis pela produção de máquinas e componentes automotivos que geram o crescimento industrial e negócios internacionais.

A arrecadação de ICMS está relacionada ao nível de desenvolvimento alcançado pelos setores produtivos da economia regional e com os níveis de produção de bens e serviços, constituindo o principal item orçamentário da receita estadual.

A participação dos municípios do Alto Vale do Itajaí conforme dados da AMAVI¹⁴ na arrecadação de ICMS Catarinense é de 3,11%.

Os municípios que mais arrecadam na microrregião são: Rio do Sul, com 27,11%; Taió, com 8,91% e Ibirama, com 7,38%.

QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DO PIB - PER CAPITA - R\$

Municípios	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Ibirama	5.487	4.943	4.561	4.385	5.929	5.853	5.612	7.169
Lontras	1.540	2.055	2.076	2.341	2.495	1.656	2.067	2.287
Presid. Getúlio	4.566	5.196	4.795	5.212	5.893	6.135	6.063	6.643
Rio do Sul	6.091	4.644	5.023	4.709	5.958	6.612	5.986	6.344

Fonte – EPAGRI – Subprojeto -Estudo Básico Regional do Alto Vale do Itajaí 1998

Segundo pesquisa da FIESC¹⁵, de janeiro a maio de 2000, a indústria de transformação Catarinense, obteve um aumento de 3,7% no efetivo de trabalhadores.

Os últimos dados do IBGE sobre mão-de-obra, no Estado, revelam que os municípios do Alto Vale do Itajaí representam 5,48% da população economicamente ativa no Estado.

**QUADRO 7 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DOS MUNICÍPIO EM ESTUDO
SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS (%)**

Município	Agropecuária e Extração Vegetal	Indústria	Comércio	Serviços	Outros
Ibirama	24.6	43.7	6.1	23.3	2.4
Lontras	48.1	27.4	5.9	18.2	0.3
Presid. Getúlio	48.7	27.1	5.0	18.2	1.0
Rio do Sul	10.7	34.2	13.9	38.8	2.4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – mão-de-obra, 1991. Elaboração: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM.

Obs: Não há dados disponíveis sobre os municípios de Braço do Trombudo, Mirim Doce e Santa Terezinha.

¹⁴ AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

¹⁵ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Já, nos últimos 12 meses, o nível de emprego industrial apresentou um saldo positivo, correspondendo a um aumento de 4,19% no número de trabalhadores.

Viabilizando o turismo na região do Alto Vale do Itajaí, os municípios se beneficiariam ainda mais, porque estes índices de aproveitamento de mão-de-obra aumentariam, de forma significativa, na contratação de pessoal para atender a demanda crescente para o turismo.

QUADRO 8 - PRINCIPAIS ATIVIDADES COM MAIOR VALOR ADICIONADO POR MUNICÍPIO

Município	Atividade	Valor Adicionado (R\$)	% no munic.
Agrolândia	Estamparia e tinturaria	4.006.332	33,58
Agronômica	Com. atac. cigarros, fumo e art.	1.886.951	56,43
Atalanta	Serrag. e/ou desdobra. Madeira	982.116	60,52
Aurora	Beneficiamento do leite	679.142	36,02
Dona Emma	Confecção de peças vestuário	394.796	18,46
Ibirama	Confecção de peças vestuário	11.959.521	25,8
Imbuia	Supermercado	110.187	13,21
Ituporanga	Fabricação papelão, cartolina	2.498.493	16,71
José Boiteux	Serrag. e/ou desdobra. madeira	499.244	30,06
Laurentino	Fabricação de balas e doces	3.043.543	38,35
Lontras	Confecção de peças vestuário	1.138.110	17,66
Mirin Doce	Fabricação artefatos de mad.	1.822.161	65,18
Petrolândia	Fecularia	331.684	16,61
Pouso Redondo	Beneficiamento de arroz	2.854.111	24,66
Presid. Getúlio	Conf. de peças vestuário	6.766.543	17,54
Presid. Nereu	Com. Var. combustíveis e lubrif.	24.152	25,33
Rio do Campo	Fabricação papelão, cartolina,	1.186.514	28,93
Rio do Oeste	Confecção de roupas de malha	415.500	11,46
Rio do Sul	Com. atac. cigarros, fumo e art.	12.815.781	8,74
Salete	Fabricação de móveis de madeira.	5.323.836	45,42
Sta. Terezinha	Cooperativa agropecuária	212.248	25,43
Taió	Fabricação papelão, cartolina	7.211.806	28,9
Tromb. Central	Fecularia	13.230.648	61,36
Vidal Ramos	Confecção de peças vestuário	259.771	23,09
Vitor Meireles	Confecção de peças vestuário	310.168	32,48
Witmarsum	Serrag. e/ou desdobra. madeira	361.105	22,16

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda, 1998.

Obs: Não há dados disponíveis sobre os municípios Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado

O Valor adicionado é um indicador importante na economia municipal, pois é apurado pelo movimento econômico, e tem por objetivo determinar o valor monetário que agrega a agropecuária, indústria, comércio e serviços. Com base nele é possível verificar as principais atividades econômicas da região sujeitas a esse tributo.

Porém, no contexto geral, levando-se em consideração os vinte e oito municípios

que compõem a microrregião, a agropecuária apresenta substancial importância, tanto na formação do movimento econômico dos municípios e da região, como no emprego da mão-de-obra. Este é um fato relevante que deveria orientar as políticas públicas para este setor.

Na situação atual de industrialização, destaca-se no Alto Vale o ramo do vestuário que começa a conquistar importantes espaços. As atividades relacionadas à confecção são as que apresentam maior valor adicionado nos municípios e destacam-se como atividade em desenvolvimento na região, ficando em segundo lugar com 6,10%, atrás da fabricação de máquinas e aparelhos com 6,14%. Sendo que este último já é um setor tradicional na região.

QUADRO 9 - ATIVIDADES MAIS REPRESENTATIVAS EM VALOR ADICIONADO NA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Atividade	% na AMAVI*
Fabricação de Máquinas, Aparelhos	6,14
Confecção de Peças do Vestuário	6,10
Com. Atac. de Cigarros, Fumos e Artig.	4,72
Fab. de Peças e Acessórios para Máquinas	4,25
Fecularia	4,06
Abatedouro de Suínos	3,17
Fabricação de Móveis de Madeira	3,02
Transporte Rodoviário de Carga	2,96
Com. Var. de Combustíveis e Lubrificantes	2,92
Fabricação de Papelão, Cartolina e derivados	2,91

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda, 1998.

* AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

3.3.3. Considerações sobre a dinâmica econômica e social

No que diz respeito ao desenvolvimento socio-econômico, os municípios do Alto Vale do Itajaí alcançam uma boa posição no Estado, no índice de desenvolvimento social.

Nos municípios estudados, a cidade de Lontras alcança 146^a posição, o que caracteriza um baixo desempenho quando comparada com os outros municípios. Isto ocorre porque o município é pouco desenvolvido economicamente e composto, principalmente, por pequenas propriedades agrícolas.

QUADRO 10 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Posição	Município	Índice	Nível de Eficiência
4	Presidente Getúlio	0,979	Alto
6	Rio do Sul	0,971	Alto
37	Ibirama	0,919	Médio alto
146	Lontras	0,855	Médio
-	Santa Catarina	0,93	Alto

Fonte : Diretoria de Desenvolvimento Urbano – DURB - (2001)

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC

Uma das razões fundamentais para a boa posição no *ranking* de ensino dos três municípios, diz respeito às políticas públicas municipais, que foram voltadas para a manutenção da qualidade do ensino. Novamente o município de Lontras alcança baixo desempenho, devido à dificuldade de acesso as escolas (deslocamento).

QUADRO 11 - TAXA DE ATENDIMENTO DO ENSINO MÉDIO

LUGAR	MUNICÍPIO	Taxa atendimento ensino médio (15 a 17 anos)	Condição de eficiência	
			ÍNDICE	NÍVEL
SC		%		
7	Rio do Sul	69,35	1	ALTO
17	Ibirama	61,99	1	ALTO
22	Presidente Getúlio	60,43	0,82	ALTO
254	Lontras	25,26	0,44	BAIXO
-	SANTA CATARINA	45,81	0,79	MÉDIO BAIXO

Fonte : Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SED/SC (2000)

Elaboração : Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC

No que diz respeito ao sistema de saúde pública é importante ressaltar, que o município de Rio do Sul concentra a maioria das atividades relacionadas a oferta destes serviços, por manter no município o Hospital Regional do Alto Vale.

Os serviços municipais de saúde são atualmente atendidos por dezessete postos de saúde, sendo dois especializados no programa de saúde familiar, contando ainda com três unidades básicas de saúde; oito postos periféricos e quatro centros de referência municipal, todos dotados de atendimento ambulatorial e odontológico.

Nas atividades acima ainda se incluem: núcleos de atendimento à criança e ao adolescente; de atendimento à mulher; programa de saúde da família e programa de agentes comunitários de saúde.

O município conta com consultório para atendimentos de DST (doenças sexualmente transmissíveis); centro de orientação e apoio sorológico; plano de combate às carências nutricionais. (HOSPITAL REGIONAL, 2002)

No sistema Municipal de Saúde estão envolvidos 193 profissionais.

A Saúde na área privada é atendida por dois estabelecimentos:

- Hospital Regional com 300 leitos;
- Hospital e Maternidade Samária com 100 leitos.

Para o apoio às atividades da saúde funcionam também:

- 07 clínicas de referências médicas;
- 05 laboratórios de análises clínicas;
- 02 serviços de radiologia;
- 03 serviços de fisioterapia;
- 04 laboratórios de prótese dentária;
- 01 banco de sangue.

QUADRO 12 - PRODUÇÃO DOS SETORES POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Município	Partic. %	Partic. %
	Agrop. 2001	Ind. Com. 2001
Agrolândia	20,07%	79,93%
Agronômica	56,61%	43,39%
Atalanta	56,11%	43,89%
Aurora	77,93%	22,07%
Braço do Trombudo	14,68%	85,32%
Chapadão do Lageado	92,67%	7,33%
Dona Emma	47,97%	52,03%
Ibirama	3,57%	96,43%
Imbuia	74,63%	25,37%
Ituporanga	56,30%	43,70%
José Boiteux	51,04%	48,96%
Laurentino	33,64%	66,36%
Lontras	21,66%	78,34%
Mirim doce	74,62%	25,38%
Petrolândia	78,76%	21,24%
Pouso redondo	29,84%	70,16%
Presidente Getulio	13,52%	86,48%
Presidente Nereu	85,96%	14,04%
Rio do Campo	52,70%	47,30%
Rio do oeste	43,18%	56,82%
Rio do Sul	2,66%	97,34%
Salete	35,21%	64,79%
Santa terezinha	87,50%	12,50%
Taio	37,45%	62,55%
Trobudo Central	8,54%	91,46%
Vidal Ramos	83,58%	16,42%
Vitor Meireles	70,33%	29,67%
Witmarsum	60,32%	39,68%

Fonte : Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC (2001)

A economia da região é muito diversificada. O setor da indústria se concentra principalmente no município de Rio do Sul, que age também como pólo centralizador das principais atividades econômicas. As atividades agropecuárias se apresentam de forma concentrada nos pequenos municípios do Alto Vale.

Na atual condição de desenvolvimento que se encontram as pequenas propriedades agrícolas do Alto Vale do Itajaí, é difícil o desenvolvimento do meio rural de forma sustentável sem que a população esteja organizada em bases associativas ou cooperativas.

A organização do setor produtivo é uma das condições indispensáveis para o aperfeiçoamento do processo de produção agropecuária. O turismo pode se inserir no setor como forma alternativa de renda e qualidade de vida.

Ao que diz respeito às informações apresentadas no quadro 12, podemos observar o grau de concentração nas atividades ligadas aos setores de comércio e indústria, os quais estão submetidos os municípios em estudo: Rio do Sul com 97,34%; Ibirama com 96,43%; Presidente Getúlio 86,48% e Lontras com 78,34% caracterizando-se como a cidade com maior atividade no setor agrícola dos municípios em estudo.

IV - ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO DE CASOS

4.1. Características gerais da pesquisa de campo

O questionário foi aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, compreendendo a visita e entrevista de treze propriedades dedicadas ao turismo ou ecoturismo.

As empresas¹⁶ pesquisadas foram: Ecoalrenalina; Planeta Rafting; Vinhos Molinari; Cachoeira da Magia; Recanto Cachoeira dos Índios; Pousada Ilha das Cotias; Terra Nostra - Parque Aquático; Pesque-Pague Rainha do Vale; Recanto Italiano; Sítio Scursel; Camping Paraíso; Pousada Sitio Sellin; Pousada Quinta Dourada.

De acordo com os dados coletados junto aos proprietários dos empreendimentos, sistematizaremos a seguir as características gerais das atividades destes setores (turismo rural e ecoturismo) na microrregião do Alto Vale do Itajaí.

QUADRO 13 – CARACTERÍSTICAS POR ATIVIDADES DE ATUAÇÃO

Oferta de atividades na propriedade	Nº Pesquisados
Rafting, rapel, trilhas*	2
Chalés, pesque-pague, piscina	2
Pesque-pague	1
Parque aquático (piscinas, tobogãs e bar)	1
Pousada, pesque-pague, piscina	3
Vinícola e agricultura	1
Vinícola, restaurante	1
Rapel, trilhas, cachoeiras	2
Total	13

Fonte: pesquisa de campo (2003)

*Empresas que utilizam-se de outras propriedades para suas atividades

A motivação para a implantação destas novas atividades no que diz respeito ao turismo rural deve-se a três fatores principais: baixa remuneração nas atividades do campo (agropecuária), aproveitamento do potencial paisagístico e empreendedorismo.

De um universo de onze propriedades pesquisadas que mantinham/mantém atividades agropecuárias, sete consideram a baixa remuneração nas atividades agrícolas o fator principal para mudança de atividade, o que representa 63 % do universo pesquisado.

¹⁶ Expressão meramente descritiva, pois a maioria das propriedades trabalham na informalidade.

É importante ressaltar que as propriedades que caracterizam como fator principal o baixo rendimento na agropecuária, são justamente aqueles locais que têm menos desenvolvida a estrutura para o ramo do turismo rural, conforme se constatou em visita às mesmas. A falta de recursos próprios ou a escassez de recursos externos (financiamentos, incentivo municipal, etc), são os grandes limitadores para a expansão da atividade.

Notou-se, durante as entrevistas, que a maioria dos proprietários procuram agregar o maior número de atividades disponíveis para minimizar a sazonalidade e aumentar a renda ou mantê-la constante, utilizando com isso o máximo possível da capacidade disponível da infra-estrutura, paisagens, faixa de terra no empreendimento, etc.

QUADRO 14 – CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS

Área utilizada para o turismo	1 a 10 hectares
Energia elétrica da rede pública	Todos os empreendimentos
Água da rede pública	2
Água de nascentes, poço ou fonte	11
Separa o lixo	5 empreendimentos
Separa e dá outros fins para o lixo (aterro, queimada)	2 empreendimentos
Não separa	6 empreendimentos
Sistema de esgoto (fossa)	Todos os empreendimentos
Recebeu apoio de órgãos municipais	3 empreendimentos
Não recebeu apoio de órgãos municipais	10 empreendimentos
Fizeram cursos para atuar na área	7 empreendimentos ²
Não fizeram cursos para atuar na área	6 empreendimentos
Recursos próprios para implantação da atividade	13 empreendimentos
Variação do tempo na atividade	De 3 meses a 80 anos ³
Mão-de-obra carteira assinada	1 empreendimento
Mão-de-obra por empreitada ou diarista	10 empreendimentos
Mão-de-obra familiar	2 empreendimentos
Perspectiva futura (aumentar o empreendimento)	9 empreendimentos
Perspectiva futura (permanecer como está)	3 empreendimentos
Perspectiva futura (diminuir)	1 empreendimento ⁴

Fonte: pesquisa de campo (2003)

* As empresas de ecoturismo (ecoadrenalina e Planeta Rafting) trabalham em escritórios e não propriedades rurais.

² Não há formação profissional em 100% das propriedades entrevistadas.

³ Vinícola familiar, atividade trazida pelos imigrantes Italianos, atuando de forma comercial há quatro gerações.

⁴ Diminuir a atividade principal, devido a implantação da Hidrelétrica de Salto Pilão.

Os proprietários otimizam o uso do espaço. No entanto, toda expansão é

feita através de recursos próprios e de forma lenta devido ao nível de renda familiar, sobretudo daquela gerada pelas atividades agrícolas.

Observamos ao longo das visitas que não há um número grande de empresas no mesmo ramo de atividade atuando na área. Desta maneira não existe diminuição ou alteração relevante na procura da prestação de serviços pelos clientes em função da concorrência.

O quadro abaixo demonstra o número de visitantes que as propriedades rurais e as empresas de ecoturismo conseguem atender simultaneamente na sua atividade principal.

QUADRO 15 – ATENDIMENTO AOS CLIENTES SIMULTANEAMENTE NA ATIVIDADE PRINCIPAL

Propriedade e ramo de atividade	Número de clientes
Ilha da Cotias (pousada)	20 pessoas
Camping Paraíso (visitantes para motocross)	2000 pessoas
Sítio Scursel (piscina)	30 pessoas
Recanto Italiano (Restaurante)	40 pessoas
Recanto Cachoeira dos Índios (cachoeira, churrasqueiras)	400 pessoas
Quinta Dourada (pousada)	36 pessoas
Terra Nostra Parque Aquático (piscinas e tobogãs)	1000 pessoas
Sítio Sellin (pousada)	20 pessoas
Vinhos Molinari (demonstração da atividade)	5 pessoas
Cachoeira da Magia (Rapel)	6 pessoas
Pesque-pague Rainha do Vale (pescaria)	200 pessoas
Ecoadrenalina (rafting)	40 pessoas
Planeta Rafting (rafting)	90 pessoas

Fonte: pesquisa de campo (2003)

No que diz respeito as duas empresas voltadas especificamente para o ecoturismo, (Ecoadrenalina e Planeta Rafting) conclui-se que a tomada de decisão para a implantação da atividade, foi motivada pela facilidade de exploração das propriedades rurais, com trilhas e cachoeiras para a prática do *rapel*, utilização do rio Itajaí-Açu (prática de *rafting*), considerado o segundo melhor lugar do Brasil para a atividade do esporte. Modalidade esta que vem crescendo constantemente com a vinda de “aventureiros” de vários estados brasileiros.

Estas empresas podem atender simultaneamente nas atividades, entre 40 e 90 pessoas em botes de borrachas. A infra-estrutura mínima necessária para prática deste esporte é: veículo para o transporte das equipes (microônibus/ônibus); botes; coletes salva-

vidas; remos; capacetes e um guia que treina os participantes e os conduzem através das corredeiras.

É importante salientar que a atividade será duramente atingida com a implantação da hidroelétrica de Salto Pilão. Estima-se uma queda de 60% na atividade no decorrer do ano.

QUADRO 16 – ORIGEM DO PÚBLICO VISITANTE (%)

Propriedade	Município	Regional	Estadual	Interestadual	Internacional
Ilha da Cotias	50	10	10	30	-
Camping Paraíso	10	-	-	90	-
Sítio Scursel	90	10	-	-	-
Recanto Italiano	20	-	30	50	-
Recanto Cachoeira dos Índios	60	24	10	05	01
Quinta Dourada	-	-	10	90	-
Terra Nostra Parque Aquático	60	40	-	-	-
Sítio Sellin	-	80	20	-	-
Vinhos Molinari	80	-	10	10	-
Cachoeira da Magia	40	20	10	20	10
Pesque-pague Rainha do Vale	90	10	-	-	-
Ecoadrenalina (rafting)	-	-	40	60	-
Planeta Rafting (rafting)	-	40	20	40	-

Fonte: pesquisa de campo (2003)

* Segundo conceito oficial da OMT, turismo, é considerado quando o visitante permanece no lugar em um período que ultrapassa 24 h, sobre o quadro da origem do público visitante, nota-se que a maioria permanece por um período inferior a 24 h, pois a maioria do público visitante é originário do mesmo município.

A categoria profissional do público visitante não foi considerada relevante na análise devido a falta de informação por parte dos proprietários sobre a mesma, ou seja, durante a entrevista ficou evidente o desconhecimento quanto à categoria profissional dos visitantes, por parte dos proprietários.

No quesito divulgação, a maioria dos proprietários entrevistados com atividades voltadas para o turismo rural manifestaram que utilizam pouco os meios convencionais de divulgação (tv, rádio, agência de viagem, lista telefônica, etc.), alegando o alto custo da propaganda. Assim utilizam-se destes meios somente quando a prefeitura local promove divulgações das atividades instaladas em seus municípios.

Os entrevistados alegam que a forma mais eficaz de divulgação é o “boca a boca”, pois quando o cliente sai satisfeito isso gera uma propaganda informal da qual a propriedade é beneficiada.

Já as empresas operadoras de ecoturismo têm convênios com agências de turismo,

investem em *folders*, divulgação em televisão, *sites* na internet, etc.

É notório que este ramo de atividade trabalha de forma mais profissionalizada e atendendo um público de classe média e alta. O que cria a necessidade deste tipo de divulgação, porque o público que vem em busca destas atividades (esportes radicais), em sua grande maioria, são de outros estados brasileiros.

Aceitando que a maneira de divulgação adotada influencia no público que as propriedades recebem, podemos concluir que o contingente atendido nas propriedades observadas no quadro 16, origina-se de outros estados, principalmente nas atividades voltadas ao ecoturismo e nas pousadas rurais. Por isso a localização e as vias de acesso não são consideradas fatores limitantes na dinâmica das atividades turísticas daquela região.

Quanto à forma de chegada dos turistas, descrita pelo quadro 17, não há predominância de chegada da maioria dos visitantes, notando-se que alguns vêm em grupos, outros em famílias, ocorrendo, inclusive, excursões para alguns empreendimentos.

QUADRO 17 – PREDOMINÂNCIA NA FORMA DE CHEGADA

Composição dos grupos	Número de propriedades
Famílias	5 empreendimentos
Excursão	2 empreendimentos
Grupos	4 empreendimentos
Individual (bicicleta, grupos, etc)	2 empreendimentos

Fonte: pesquisa de campo (2003)

Do ponto de vista da ocupação de mão-de-obra e geração de emprego na atividade, a maioria das propriedades (doze delas) utilizam-se da mão-de-obra familiar não-remunerada, o que sinaliza o caráter de empresas tipicamente familiares.

Estas empresas contratam diaristas quando necessário, para as demais atividades das propriedades. A forma de pagamento acontece por empreitada ou diária (terceirização de serviços) e, em geral, a mão-de-obra não é qualificada. Em sua grande maioria não há contratos com carteira assinada, sendo que a permanência é ditada pela sazonalidade, fluxo de clientes, ou necessidade de manutenção da infra-estrutura.

Não há exigência de escolaridade mínima, sendo que o critério adotado, é saber ler e escrever.

Como a atividade de turismo rural encontra-se em fase de implementação na microrregião do Alto Vale do Itajaí, ela atua como fonte alternativa à baixa renda gerada na agropecuária. Com isso nota-se que a atividade (turismo rural), surge inicialmente para complementação da renda e que, aos poucos vai ganhando um sentido maior quando há especificações regionais, como no caso de Rio do Sul com larga experiência em esportes

radicais.

Conforme os dados dos entrevistados, o custo da mão-de-obra da atividade de turismo rural e ecoturismo tem uma participação pequena no que diz respeito ao custo total do empreendimento como pode ser visto no quadro 18.

QUADRO 18– CUSTO DA MÃO-DE-OBRA EM RELAÇÃO AO CUSTO DO EMPREENDIMENTO

Propriedades	custo de mão-de-obra (%)
Ilha da Cotias (pousada)	10
Camping Paraíso (visitantes para motocross)	30
Sítio Scursel (piscina)	30
Recanto Italiano (Restaurante)	40
Recanto Cachoeira dos Índios (cachoeira, churrasqueiras)	60 ²
Quinta Dourada (pousada)	20
Terra Nostra Parque Aquático (piscinas e tobogãs)	20
Sítio Sellin (pousada)	5
Vinhos Molinari (demonstração da atividade)	40
Cachoeira da Magia (Rapel)	30
Pesque-pague Rainha do Vale (pescaria)	5
Ecoadrenalina (rafting)	25
Planeta Rafting (rafting)	10

Fonte: pesquisa de campo (2003)

² Percentual elevado devido à necessidade de investimento em infra-estrutura, não existe parâmetro para comparação com as outras propriedades devidos a estes investimentos serem temporários.

A pesquisa demonstrou que 69% dos entrevistados retiram sua renda de atividades que não são exclusivamente geradas no setor de turismo, para manutenção familiar e investimento em melhoria de serviço. Nota-se então, que as propriedades envolvidas nestas atividades não conseguem se manter somente através da renda gerada na atividade de turismo rural.

QUADRO 19 – ORIGEM DA RENDA FAMILIAR ANUAL - EXCLUSIVA POR ATIVIDADE

Atividades	Número de empreendimentos
Agropecuária	1 empreendimento
Turismo rural	4 empreendimentos
Atividades não agrícolas	3 empreendimentos
Outras formas ²	5 empreendimentos

Fonte: pesquisa de campo (2003)

² Incluem, aposentadoria, pessoas da família que trabalham em atividades não rurais, etc.

A pesquisa revelou de forma significativa o estágio de desenvolvimento em que se encontram os empreendimentos estudados. Evidenciou a ausência dos órgãos municipais

na maioria dos empreendimentos visitados (77% não receberam apoio da prefeitura ou qualquer outro órgão).

Observou-se de forma clara, que o investimento bem como a parcela contínua de capital para manutenção da propriedade que explora o turismo, é aplicada originalmente através de recursos próprios. Além disso, notou-se que o empresário rural não se insere neste novo ramo de atividade para gerar emprego no núcleo familiar, mas sim como fonte alternativa de renda tendo como consequência secundária absorção da mão-de-obra familiar, fator este que não é contabilizado como despesa decorrente da atividade para efeito de avaliação da rentabilidade do empreendimento.

No que concerne à absorção de mão-de-obra, a terceirização de determinadas atividades já chegou no campo. Podemos citar como exemplo a contratação de cozinheiras nas pousadas rurais em épocas de grande movimento e em outros serviços. Este é um dos fatores que viabiliza a continuidade da atividade no setor porque o contratante não tem vínculos empregatícios com o contratado, eximindo-se do ônus de encargos contratuais (carteira assinada e outros).

Desta forma, o empresário absorve a mão-de-obra disponível na localidade sem critério de seleção (grau de escolaridade, capacitação, etc), buscando ele mesmo treinar o contratado para a atividade que vai exercer, já os contratos podem ser feitos de forma diária, empreitada ou por temporada, salvo as exceções das propriedades que contratam serviços especializados para determinada atividade específica, como é o caso observado nas propriedades que oferecem atividades aquáticas (piscinas), as quais precisam de técnico especializado para manutenção das mesmas.

Notadamente a oferta de serviços segue a regra da demanda e oferta, há práticas de preços promocionais que variam durante a baixa temporada¹⁷.

¹⁷ O inverno para maioria das propriedades visitadas é considerada baixa estação no que diz respeito a sua atividade principal.

V - CONSIDERAÇÕES SOBRE O POTENCIAL DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

5.1. Considerações gerais

As atividades turísticas não ocorrem de forma isolada, é necessário a participação da comunidade, empresários e, principalmente, o setor público, para assim desenvolver um planejamento adequado no sentido de desenvolvimento turístico, onde serão analisados fatos como capacidade de hospedagem, atrativos, viabilidade econômica, saneamento básico, treinamento de gerenciadores e mão-de-obra, etc.

Assim, turismo rural é como um mosaico, cuja expressão cênica está diretamente ligada aos insumos e recursos disponíveis, a sensibilidade e a criatividade de quem o implementa.¹⁸

O maior objetivo da implantação do turismo rural na propriedade é agregar valor a atividade agropecuária, bem como a otimização de atividades que podem ser desenvolvidas na propriedade, como aproveitamento paisagístico, trilhas, etc. Desta forma ambos, área rural e município como um todo são beneficiados, pela entrada de recursos, seja em arrecadação de impostos ou número de clientes que um estabelecimento comercial possa receber.

O surgimento destas unidades de turismo no espaço rural faz com que o êxodo rural diminua. Isto acontece porque os agricultores descobriram uma nova fonte de renda familiar e já tem mão-de-obra própria. Mas é bom que fique claro que, eles enfrentam muitas dificuldades. (...) a falta de recurso próprio, reclamaram da falta de infra-estrutura das estradas e falta de apoio público. Estes pontos têm que ser revistos para que o setor progrida(...).¹⁹

As maiores dificuldades encontradas pelos empresários rurais que ingressam nesse setor são justamente a obtenção da mão-de-obra qualificada e o próprio treinamento da mesma, uma vez que, geralmente, estes não têm experiência nesse ramo e estão distantes das instituições que atuam na área de formação profissional voltada para o turismo.

¹⁸ ZIMMERMANN, Adonis. *Turismo no espaço rural – como tudo começou*. Acessado em: 22/11/02 - <http://zimmermann.com.br/turrural.htm>

¹⁹ TORESAN, Luiz. *Pesquisa sobre o Agriturismo em Santa Catarina*. Acessado em: 10/01/03 http://www.icepa.com.br/imprensa/noticias_2002/imp_r0608c.htm

Segundo ZIMMERMANN (1996), há três princípios básicos para a sustentabilidade de um projeto turístico de qualidade:

-Sustentabilidade ecológica: assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e os recursos biológicos.

-Sustentabilidade social e cultural: assegura que o desenvolvimento e o controle das pessoas sobre suas próprias vidas seja compatível com a cultura e os valores das pessoas atingidas pelo desenvolvimento, aumentando e fortalecendo a identidade da comunidade.

-Sustentabilidade econômica: assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e que os recursos são geridos de forma que suportem gerações futuras.

Assim, na procura de se criar uma alternativa real para a inconstância da renda agrícola, constata-se que a iniciativa surge através da necessidade e também da demanda.

Tais como o ofício do homem, sua relação com a terra e com as plantas e os animais, a introdução de esportes que estão inseridos na natureza estimulam as interrelações e interdependências.

Não se trata então de uma mera transferência de equipamento turístico para o campo e sim de um novo conceito de lazer. Para sua caracterização, o turismo rural precisa manter um profundo envolvimento com os afazeres rurais, criando personalidade para esta nova atividade, com a agregação de valor aos produtos e serviços da população local, (artesanato, extrativismo, costumes, tradições, etc.).

Desta forma há um entendimento que certas linhas gerais devam ser respeitadas para que estas atividades aconteçam de forma bem sucedida e constante. Ações estas que ainda não estão sendo observadas no desenvolvimento das atividades de turismo rural no Alto Vale do Itajaí, destacando-se: dificuldades de acesso a informações; falta de experiências externas ao seu cotidiano; viagens, conhecimento de novos métodos de agregação de valor nas atividades rurais; novas atividades ligadas ao campo; etc.

A seguir apresentaremos seis pontos principais que podem ser considerados como entrave para o desenvolvimento turístico na região do Alto Vale do Itajaí. Seguindo esta linha de raciocínio, relacionamos os fatores considerados como principais fatores de impedimento para expansão da atividade no meio rural:

1 - Comunidades locais pouco envolvidas:

- A comunidade não vê o turismo rural como um “negócio” e sim como uma alternativa de maior rendimento;

- Pouco conhecimento da atividade e sua abrangência;

- Carência de planos de Desenvolvimento Turístico Municipal.

2 - Pessoal pouco capacitado:

- Falta de treinamento e profissionalização;
- Baixa escolaridade dos prestadores de serviços;
- Pesquisas insuficientes/inexistentes;
- Falta de consultores e técnicos multiplicadores capacitados.

3 - Infra-estrutura básica deficiente:

- Acesso inadequado às propriedades;
- Informalidade por parte do empresário rural nas questões de segurança, higiene e privacidade;
- Carência de sinalização turística ou inexistência;
- Segurança precária.

4 - Incentivos insuficientes ao Turismo Rural:

- Linhas de crédito inadequadas à realidade;
- Desarticulação das Instituições públicas e privadas;
- Ausência de critérios e normas que definam o segmento;
- Falta de apoio e de assistência técnica;
- Falta de adequação de legislação ambiental, trabalhista e sanitária (vigilância) compatível com a realidade rural.

5 – Falta de Informação:

- Inexistência de rede de informações;
- Falta de uniformização da linguagem do turismo rural.

6 – Dificuldade de acessos aos órgãos públicos:

- Desinformação do papel de cada setor;
- Desconfiança mútua entre governo e empresário rural;
- Falta de parcerias entre as instituições e o empresário rural.

O que se nota de forma nítida, sobretudo na população mais idosa de agricultores, é a falta de conhecimento sobre os aspectos de preservação do meio ambiente, uma vez que a natureza é a fonte geradora da renda do ecoturismo ou do turismo rural.

Há um contra-senso, pois a atividade turística no Vale se torna realidade como alternativa para a baixa renda gerada por atividades exclusivas ao campo (plantações e criação de gado para leite, etc). No entanto, não há formação de pessoal capacitado e pouco apoio do setor público para que se tenha um conhecimento adequado sobre a utilização sustentável destas áreas que estão sendo destinadas para o desenvolvimento do turismo

ecológico.

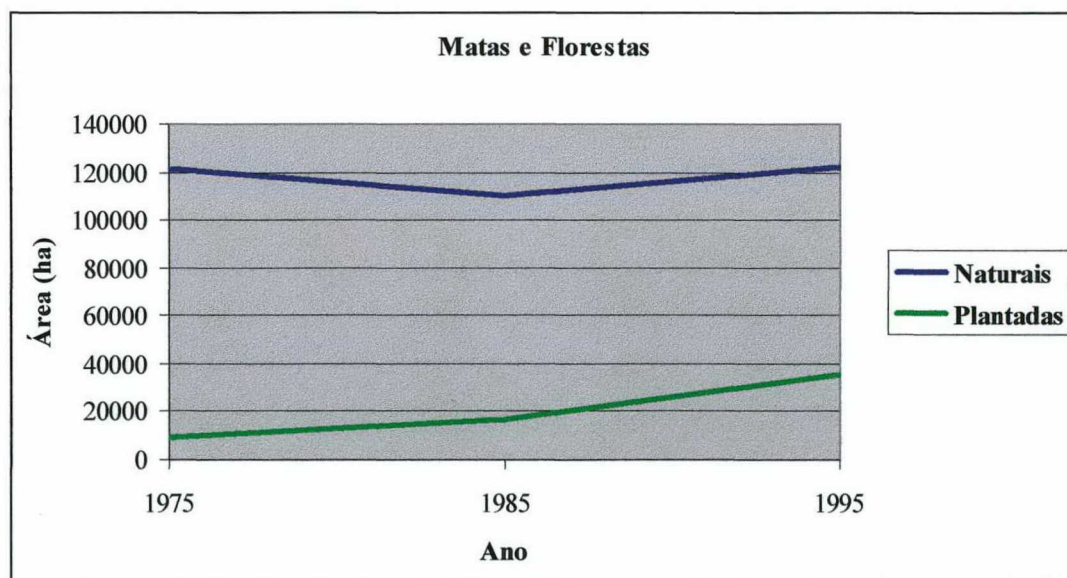
Por um lado, observamos um grande potencial turístico no Alto Vale do Itajaí, mas percebemos que muitas coisas ainda estão por fazer. A grande diferença é a forma de olhar a exploração da “terra”, que passa por uma questão cultural de tradição de exploração, herdadas das gerações passadas, onde o homem do campo via os recursos naturais como fonte inesgotável de matéria-prima, riqueza, etc.

Hoje, apesar de alterar a forma de exploração da terra, não se modifica o conceito do indivíduo sobre seu relacionamento com a mesma (conscientização relacionada ao meio ambiente). Desta forma, a terra é vista apenas como um bem de exploração, que pode ser realizada de forma abusiva e sem critérios, como aconteceu tradicionalmente no Brasil.

Esta questão pode ser observada através de estudos realizados sobre a preservação dos mananciais hidrográficos e desmatamento da mata nativa, fatos que interferem na preservação do meio ambiente como um todo.

Segundo a EPAGRI (1998), de todas as regiões hidrográficas do Estado, o Alto Vale do Itajaí é a região que ainda apresenta a maior área com cobertura original ou pouco modificada, principalmente nas áreas mais altas e íngremes, representadas pelas inúmeras serras presentes.

FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários - 1975, 1985 e 1995.

O proprietário que recebe um número grande de visitantes deve ter em mente, que a visitação em massa poderá acarretar danos de ordem ecológica na propriedade. O custo de recuperação deste ambiente exaurido se tornar tão caro para recuperação, que aquele

ambiente pode se tornar inviável do ponto de vista econômico, o que gera um ciclo de ausência de renda e contribui ainda mais para o êxodo rural, bem como para desacreditar o administrador rural que investiu recursos próprios na geração do turismo rural.

Os recursos hídricos no Alto Vale do Itajaí apresentam sérios problemas, que vem se acumulando ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito à poluição dos mananciais de água por dejetos humanos (esgoto urbano) e animais (principalmente de esterco de suínos), bem como por agrotóxicos.(EPAGRI, 1998)

Nenhuma das cidades da região possui estação de tratamento de efluentes, seja do esgoto doméstico, seja do esgoto industrial. Da mesma forma, a maioria das propriedades rurais não efetuam um tratamento adequado dos dejetos humanos e animais.

Em relação aos dejetos animais, há uma preocupação crescente na região, tendo em vista o aumento significativo de granjas de suínos, que, na sua grande maioria, não possuem estações de tratamento para os dejetos, lançando-os diretamente nos córregos, riachos e rios.(EPAGRI, 1998).

Estes aspectos foram constatados pelo Grupo Multidisciplinar FAO /BIRD, de 1998. Este estudo constatou, dentre outros, os seguintes problemas ambientais na região:

- Proliferação generalizada do borrachudo e degradação da qualidade da água;
- Manejo inadequado dos dejetos provindos da pecuária, que se baseia principalmente na suinocultura, exercida de forma confinada, e na pecuária de leite;
- Ocupação desordenada de áreas ribeirinhas, incluindo tanques de piscicultura na faixa de preservação permanente ao longo dos rios, destruição da mata ciliar e presença de esgoto doméstico e lixo;
- Aglomerados urbanos;
- má utilização da cobertura florestal próximo as nascentes;
- assoreamento dos leitos dos rios decorrentes da erosão do solo;
- Presença de indústrias (frigorífico, têxtil, fecularia, galvanoplastia).

Para que a implantação do turismo rural se estabeleça na região do Vale do Itajaí, de forma profissional, a atividade deve contemplar vários fatores como: preservação do meio ambiente (desenvolvimento sustentável); respeito às tradições e as características da comunidade local; autonomia econômica (linhas de financiamento para os pequenos produtores rurais); investimento em educação e especialização da mão-de-obra; investimentos em infra-estrutura; criação de roteiros turísticos que contemplem os municípios do Alto Vale como um todo.

5.2. Considerações finais

Considerando os fatos acima citados como fatores para se alcançar sucesso na implementação de um projeto turístico, descreveremos quatro itens de fundamental importância para serem levados em conta na implantação de uma atividade turística.

- **Apoio dos setores públicos da sociedade:** parcerias entre poder público e as comunidades locais, em todos os seguimentos que se utilizem dos recursos de subsistência das populações objetivando a melhoria da qualidade de vida da mesma.
- **Otimização dos recursos existentes:** otimização no uso dos recursos naturais de forma responsável; utilização da mão-de-obra local disponível, como fator de estímulo para a capacitação profissional e geração de renda.
- **Sustentabilidade:** uso ordenado dos recursos naturais, levando em consideração as opiniões técnicas, criação de projetos que contemplem as gerações futuras, visando o aumento da qualidade de vida; estímulo à formação de agentes comunitários, que trabalhem conscientizando a população local sobre o uso dos recursos naturais e bem estar social.
- **Educação:** incentivo a escolaridade e capacitação profissional.

Há a possibilidade de se implantar roteiros turísticos “alternativos”²⁰ no Vale, mas para tanto, é necessário que o poder público esteja conectado com as necessidades das populações locais, viabilizando as condições mínimas necessárias (estradas, e infraestrutura básica), para a implementação do setor.

O turismo rural²¹, pode ser a “alavanca” propulsora para o desenvolvimento sustentável dos municípios do Alto Vale do Itajaí, no que diz respeito às políticas urbanas e rurais, pois abre um leque significativo de possibilidades, de desenvolvimento econômico na região: aumento de emprego; de renda familiar; instalação de indústrias que operam no setor; desenvolvimento do comércio urbano; aumento da oferta de serviços hoteleiros; captação de divisas externas; aumento da qualidade de vida, diversos fatores que estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento qualitativo da região.

Há inúmeras vantagens em investir no desenvolvimento turístico do Vale, a atividade preconiza, a preservação do meio ambiente, ou ainda o enriquecimento das áreas hoje degradadas pelo mau uso da terra, aumento da renda familiar, etc.

²⁰ Refere-se ao turismo rural que agrega atividades de ecoturismo (esportes radicais).

²¹ Este termo, refere-se ao ecoturismo como uma variante da categoria do turismo rural.

Através da valorização dos aspectos culturais, que hoje já é observada, com apreço pelos visitantes que chegam no Vale, que se fundamentará, a partir daí um desenvolvimento sólido, de valorização dos aspectos sócio-culturais, onde poderá ser desenvolvido um trabalho de resgate cultural, evidenciado as características singulares da cultura trazida pelos imigrantes europeus, que no Vale se estabeleceram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo, *Desafios Impostos pela Volta do Homem ao Campo* - Gazeta Mercantil. 2000.

ALMEIDA, Joaquim A. Rield, Mário. *Turismo Rural – Ecologia, lazer e desenvolvimento*. EDUSC. 2000.

ALVES, Eliseu. *Esvaziamento dos Campos – Globo Rural* Acessado em: 10/12/02 - http://globorural.globo.com/barra.asp?d=/edic/181/rep_tendencias.htm

BARRETO, Margarida. *Manual de Iniciação ao Estudo Turístico*. Campinas: Papirus, 1997.

BLASCO, F.B. *Economía, Turismo y Medio Ambiente. Tirant lo Blanch* – Universidade de Valencia Espanã. 1996. pag. 197.

BOULLÓN, Roberto. C. *Planificación del Espacio Turístico*. Editorial Trillas. México. 1985.

CERRI, Claudio. *Algo mais que adeus*.

Acessado: 30/11/02 - <http://www.cresol.com.br/texto4.html>

DOMINGUES, Ronald. *A Economia Rural Brasileira*. 2001. Acessado: 08/10/02 - http://www.ronalddomingues.com/brazil_p.htm

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo Rural. *Turismo Rural: Manual operacional*. Ministério da Indústria e do Comércio do Turismo. Brasília, jun. 1994.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A. *Estudo Básico Regional do Alto Vale do Itajaí - UPR 5 - 1998 : Parte I banco de Dados*. Rio do Sul. 1998.

GRAZIANO, José S, VILARINHO, Carlyle, DALE Paul J. *Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil*. Acessado: 10/01/03 -

<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos/downlo/rurban18.html>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Base de Informações Municipais – Malha Municipal Digital*. 1997. Acessado em 18/11/02 - <http://www.ibge.gov.br>

KRUG, João. DIRKSEN, Valberto. *Rio do Sul. Uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999.

LINDEBERG, Kreg. HAWKIN, Donald E. *Ecoturismo. Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 3º ed., 2001.

PELLIZETE, Beatriz. *Um Banco de Imigrantes em Santa Catarina*. Blumenau: Gráfica 43 S.A Ind. e Com., 1985.

ROSA, Sueli L. C. Seminário Agricultura Familiar - *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável*. 1998. Acessado em 15/01/03 -

<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab352.pdf>

SAAVEDRA, Jefferson. 1998. *Para onde vai o pequeno agricultor?* Acessado em 25/11/02 - <http://www.an.com.br/1998/jul/26/0ecc.htm>

SALVATI, Sergio. *O Ecoturismo - Conceitos e Princípios* - Acessado em: 23/11/02 -

<http://www.estudosturisticos.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=400>

SALVATI, Sergio. *O Perfil do Ecoturista* - Acessado em: 23/11/02

http://sites.uol.com.br/ecosfera/perf_eco.htm

SALVATI, Sergio. *Turismo Rural - Conceitos e Atividades* - Acessado em: 23/11/02 -

<http://sites.uol.com.br/ecosfera/turural.htm>

SANTOS, Patrícia Claudino. *Ordenamento e Uso Sustentável dos Espaços Turísticos*.

UNIVALI. 1999. (Dissertação, Pós Graduação em Turismo e Hotelaria).

SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e Brancos no Sul do Brasil - A experiência dramática dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.

SEBRAE. *Guia de Atrações e Empreendimentos Turísticos*. 1999.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC. *Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico*. Diretoria de Desenvolvimento Urbano – DURB - (2001)

TORESAN, Luiz. *Pesquisa sobre o Agroturismo em Santa Catarina*.

Acessado em: 10/01/03 -

http://www.icepa.com.br/imprensa/noticias_2002/imp_r0608c.htm

ZIMMERMANN, Adonis. *Planejamento Turístico Sustentável -Diretrizes Gerais de Ação*.

Acessado em: 19/12/02 - <http://zimmermann.com.br/plano.htm>

ZIMMERMANN, Adonis. *Turismo no espaço rural – como tudo começou*.

Acessado em: 22/11/02 - <http://zimmermann.com.br/turrural.htm>

_____. *Ecoturismo sustentável: Acessado em 13/11/02 -*

<http://www.ana.gov.br/Usuarios/turismo/ecoturismo/main.htm>

_____. *Projeto Turístico de Revitalização da Estrada de Ferro de Santa Catarina*.

Rio do Sul. IC. 2000.

ANEXO - QUESTIONÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
1.1. IDENTIFICAÇÃO
Data: / /
Nome do empreendimento:.....
Proprietário:.....

1.2. LOCALIZAÇÃO
Rua (estrada):.....
Localidade (bairro, comunidade, etc):.....
Referência de localização:.....
Município:.....
Telefone:..... Celular:.....
E-mail:..... Home-page:.....

1.3. ASPECTOS DA PROPRIEDADE
Área total do terreno.....Há.
Área total construída para turismo:.....
Desenvolve atividade agropecuária comercial? () sim, emHá. () não.
Construção, sede: () Alvenaria () Madeira N° Leitos:.....

1.4. VIAS DE ACESSO/DISTÂNCIA (CENTRO DA CIDADE – SEDE)
Rodovia asfaltada: Km.
Estrada pavimentada:..... Km.
Estrada de terra:..... Km.

1.5. SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
1.5.1. Energia Elétrica
() da rede pública
() própria () nos alojamentos () nas demais dependências
() gerador (funcionando das.....às.....) () biodigestor () Bateria solar

1.5.2. água encanada
() da rede pública () do subsolo () do rio/represa/açude
() na sede () no alojamento () cozinha
() cisterna com.....litros.
() caixa d'água elevada com..... litros.

1.5.3 Sistema de esgoto

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Despejo direto no sistema pluvial | <input type="checkbox"/> Esgoto sanitário | <input type="checkbox"/> Esgoto de gordura |
| <input type="checkbox"/> Fossa séptica e sumidouro | <input type="checkbox"/> Biodigestor | |

1.5.4. Tratamento do lixo

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Separação do lixo (orgânico/inorgânico) |
| <input type="checkbox"/> Compostagem de resíduo orgânico |
| <input type="checkbox"/> Sem seletividade de resíduos |
| <input type="checkbox"/> Enterro |
| <input type="checkbox"/> Fogo |

1.5.5. Telefone

- | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|--|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Comunitário | <input type="checkbox"/> individual | <input type="checkbox"/> Celular Rural | <input type="checkbox"/> Celular |
| Quantas linhas..... | | | |

2. HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE

2.1. O QUE MOTIVOU A IMPLANTAÇÃO DO “TURISMO RURAL” (assinalar 3 principais)

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Baixa remuneração da atividade agropecuária |
| <input type="checkbox"/> Necessidade de gerar empregos na família ou região |
| <input type="checkbox"/> aproveitamento do potencial paisagístico |
| <input type="checkbox"/> aproveitamento da infra estrutura existente |
| <input type="checkbox"/> Empreendedorismo |
| <input type="checkbox"/> Outros (especificar)..... |

2.2. RECEBEU ALGUM TIPO DE APOIO?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

Qual origem?

- | | | | | |
|--|--|------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Parentes | <input type="checkbox"/> ONG'S/Associações | | | |
| <input type="checkbox"/> Amigos | <input type="checkbox"/> Governo | <input type="checkbox"/> Municipal | <input type="checkbox"/> Estadual | <input type="checkbox"/> Federal |
| <input type="checkbox"/> Outros (especificar)..... | | | | |

2.3. TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/ASSESORIA TÉCNICA

2.3.1. Alguém, ligado a atividade turística, recebeu capacitação específica na área?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

2.3.2. Indique a instituição capacitadora

- | | | | | |
|--|--------------------------------------|-------------------------------------|--|--|
| <input type="checkbox"/> Epagri | <input type="checkbox"/> Senar/Senac | <input type="checkbox"/> Prefeitura | <input type="checkbox"/> Universidade | |
| <input type="checkbox"/> Embratur | <input type="checkbox"/> Sebrae | <input type="checkbox"/> ONG | <input type="checkbox"/> Profissional Autônomo | |
| <input type="checkbox"/> Empresa privada (do ramo) | | | | <input type="checkbox"/> Outros/não sabe |
| (especificar)..... | | | | |

2.4. ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE**TURÍSTICA** (assinalar 3 principais)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Recursos próprios | <input type="checkbox"/> Contribuição/doação de entidades ou pessoas |
| <input type="checkbox"/> Financiamento em instituições financeiras | <input type="checkbox"/> Agregação de novo(s) sócio(s) |
| <input type="checkbox"/> Financiamento particular | |
| <input type="checkbox"/> Outro (especificar)..... | |

2.5 DIFICULDADE PARA IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA (assinalar 3 principais)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Falta de recursos próprios | <input type="checkbox"/> Pequeno número de clientes |
| <input type="checkbox"/> Dificuldade de obtenção de financiamento | <input type="checkbox"/> Legislação restritiva ou ausente |
| <input type="checkbox"/> Falta de capacitação ou treinamento | <input type="checkbox"/> Falta de assessoria técnica |
| <input type="checkbox"/> Custo do financiamento | <input type="checkbox"/> Estrada de má qualidade |
| <input type="checkbox"/> Falta de divulgação | <input type="checkbox"/> Falta de apoio do setor público |
| <input type="checkbox"/> Falta de mão-de-obra familiar | <input type="checkbox"/> falta de mão-de-obra apta |
| <input type="checkbox"/> Deficiência na infra-estrutura de apoio (comunicação, energia, sinalização, etc.) | |

3. CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE**3.1. SERVIÇOS E ATIVIDADE OFERECIDAS PELO EMPREENDIMENTO** (assinalar 3 principais)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Área p/ prática de esporte (quadra de esporte, bocha, etc) | <input type="checkbox"/> Águas termais |
| <input type="checkbox"/> Esportes radicais (rafting, canoagem, rappel, asa delta, etc) | <input type="checkbox"/> Pescaria |
| <input type="checkbox"/> Atividades aquáticas (piscinas, rios, cachoeiras, toboágua, etc) | <input type="checkbox"/> Restaurante |
| <input type="checkbox"/> Trilhas ecológicas/caminhadas | <input type="checkbox"/> bar/lanchonete |
| <input type="checkbox"/> Passeios diversos (charretes, carroça, barco, etc) | <input type="checkbox"/> Café colonial |
| <input type="checkbox"/> Refeições servidas na casa do produtor | <input type="checkbox"/> Hospedagem |
| <input type="checkbox"/> comércio de alimentos da indústria caseira | <input type="checkbox"/> turismo religioso |
| <input type="checkbox"/> Turismo cultural (museus, ruínas, pontos turísticos, etc) | <input type="checkbox"/> Turismo de conhecimento |
| <input type="checkbox"/> Comércio de artesanato | <input type="checkbox"/> Eventos folclóricos |
| <input type="checkbox"/> Visita e participação na produção agropecuária | <input type="checkbox"/> cavalgadas/hipismo |
| <input type="checkbox"/> Outros (especificar)..... | <input type="checkbox"/> Visita a indústria rural |

3.2. TEMPO DE ATIVIDADE E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

3.2.1. Há quanto tempo desenvolve atividade turística em caráter comercial: anos completos

3.2.2. Número de pessoas (clientes) que consegue atender, simultaneamente, na atividade turística principal:pessoas

3.3 PÚBLICO VISITANTE (% MÉDIA NO ANO)

3.3.1 Origem

Município (sede do empreendimento):.....	_____ %
Região (município próximo):.....	_____ %
Outras regiões do estados:.....	_____ %
Outros estados:.....	_____ %
Outros países:.....	_____ %

Total:.....	100%
-------------	------

3.3.2 Categoria profissional	
Funcionário público:.....	_____ %
Funcionário privado/comércio.....	_____ %
Profissional liberal:	_____ %
Aposentados:.....	_____ %
Empresário:.....	_____ %
Outro (especificar).....	_____ %
Total:.....	100%

3.3.3. Forma de Chegada	
Individual.....	_____ %
Família :.....	_____ %
Grupo:.....	_____ %
Excursão:.....	_____ %
Outro (especificar):.....	_____ %
Total:.....	100%

3.3.4. Qual o período considerado “alta temporada”?

3.4 SISTEMA DE DIVULGAÇÃO (assinalar as 3 principais)	
<input type="checkbox"/> Folder	<input type="checkbox"/> Televisão
<input type="checkbox"/> Jornal	<input type="checkbox"/> Agência de viagem
<input type="checkbox"/> Revista	<input type="checkbox"/> Órgãos de turismo
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)

4. OCUPAÇÃO MÃO-DE-OBRA/GERAÇÃO DE EMPREGO NA ATIVIDADE	
4.1 EXISTEM PESSOAS DA FAMÍLIA ATUALMENTE TRABALHANDO NO EMPREENDIMENTO?	
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não
Quantos?	
Remunerados?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não

4.2. EMPREGOS GERADOS (% NO ANO)	
Temporários:.....	_____ %
Permanentes:	_____ %

4.3. TIPOS DE EMPREGOS

Categoria	Baixa temporada (quant.)	Alta temporada (quant.)
Recepcionista		
Camareira		
Cozinheira		
Garçom		
Músico		
Motorista		
Guia turístico		
Animador		
Auxiliar administrativo		
Administrador		
Administrador (turismo e hotelaria)		
Auxiliar de serviços agropecuários		
Outro (especificar)		

4.4 CUSTO DA MÃO-DE-OBRA (R\$)

4.4.1. Custo da mão-de-obra (na atividade de turismo rural) em relação ao custo total do empreendimento (turismo + agropecuária)
(em %)

4.4.2. Custo da mão-de-obra (na atividade) em relação ao custo total da atividade turismo rural (em %)

4.5. CONTRATAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

4.5.1. Qual a forma de contratação de empregados?

- () Estágio
() Carteira de trabalho
() Outros (especificar).....

4.6. O EMPREENDIMENTO CONTRATA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERCEIROS?

- () Sim () Não
() Engenheiro agrônomo () Segurança () Assistência médica
() Médico veterinário () Jardinagem () Outros (especificar):.....

4.7. EXISTE EXIGÊNCIA MÍNIMA DE ESCOLARIDADE PARA ADMISSÃO DE EMPREGADOS?

- () Sim () Não

Quais:

- () 1º grau incompleto () 2º grau completo
() 1º grau completo () 3º grau incompleto
() 2º grau incompleto () 3º grau completo

4.8. CAPACITAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

4.8.1. Pessoal apto e qualificado para:	
<input type="checkbox"/>	Recepção
<input type="checkbox"/>	cozinha
<input type="checkbox"/>	Limpeza e arrumação
<input type="checkbox"/>	Promoção de atividades recreativas
<input type="checkbox"/>	Acompanhamento e informações sobre atividades produtivas
<input type="checkbox"/>	Agropecuária
<input type="checkbox"/>	Departamento administrativo
<input type="checkbox"/>	Departamento financeiro
<input type="checkbox"/>	Departamento de recursos humanos
<input type="checkbox"/>	outro (especificar):.....

4.8.2. Há prática de treinamentos para empregados?	
<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

4.8.3. Quais os setores prioritários (assinalar 3 principais)	
<input type="checkbox"/>	Recepção
<input type="checkbox"/>	cozinha
<input type="checkbox"/>	Limpeza e arrumação
<input type="checkbox"/>	Promoção de atividades recreativas
<input type="checkbox"/>	Acompanhamento e informações sobre as atividades produtivas
<input type="checkbox"/>	Agropecuária
<input type="checkbox"/>	Departamento administrativo
<input type="checkbox"/>	Departamento financeiro
<input type="checkbox"/>	departamento de recursos humanos
<input type="checkbox"/>	Outros (especificar):.....

5. FORMAS DE GERAÇÃO DE RENDA	
5.1 COMPOSIÇÃO DA RENDA NO EMPREENDIMENTO ANUAL (%)	
Agropecuária :	_____ %
Turismo:.....	_____ %
Comercialização de produtos processados artesanalmente:.....	_____ %
Investimentos financeiros:.....	_____ %
Outros (especificar):.....	_____ %
Total:	100%

5.2. RENDA FAMILIAR TOTAL ANUAL (%)	
Agropecuária :	_____ %
Turismo rural :	_____ %
Atividades não agrícolas :	_____ %
Pensões/aposentadorias :	_____ %

Aplicações financeiras :.....	_____ %
Outros (especificar):.....	_____ %
Total :.....	100%

6. CONDIÇÕES ATUAIS

6.1. CAPACIDADE ATUAL DO EMPREENDIMENTO (quanto a atividade comporta atualmente das alternativas assinaladas no item 3.1)

6.2. REALIZA PACOTES PROMOCIONAIS

Sim Não

Que tipo (especificar).....

Que período?

Alta temporada

Baixa temporada

Feriados

Finais de semana

Durante a semana

Outros (especificar):.....

6.3. EXISTE BENEFÍCIOS FISCAIS

Sim Não

Qual:

Municipal Estadual Federal

6.4. QUAIS AS PERSPECTIVAS FUTURAS COM RELAÇÃO A SUA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO NAS ATIVIDADES TURÍSTICAS?

Aumentar

Diminuir

Permanecer como está

Fechar

6.5. HÁ PERSPECTIVA DE OFERECER NOVOS SERVIÇOS TURÍSTICOS EM 2 ANOS

(DIFERENTES DOS JÁ EXISTENTES)?

Sim

Não

Quais (especificar) :.....